



(*Texto com revisão.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13<sup>a</sup> Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 4<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 54<sup>a</sup> Legislatura.

Requeiro dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com anuênciia do Plenário, é dada como aprovada.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que passo a ler.

*Em aditamento ao Requerimento nº 11, de 2014, aprovado por esta Comissão para a realização de audiência pública para debate sobre a ameaça de retirada da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Cerrados de uma área de 90 hectares, localizada próxima à BR-020, no Distrito Federal, onde desenvolve, há mais de 30 anos, relevantes pesquisas sobre solo e produção agropecuária. Solicito, ao mesmo tempo, a inclusão da Srª Cristina Rasia Montenegro, Promotora de Justiça da Promotoria de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.*

*Senador Rodrigo Rollemberg.*

A presente reunião de audiência pública é para dar cumprimento ao requerimento, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg e da Senadora Ana Amélia, para debater sobre a ameaça de retirada da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Cerrados de uma área de 90 hectares próxima à BR-020, no Distrito Federal, onde desenvolve pesquisas sobre solo e produção agrícola.

Encontram-se presentes os nossos convidados. Eu gostaria de chamá-los para tomarem assento à mesa: Sr. José Roberto Rodrigo Peres, Chefe-Geral da Embrapa Cerrados; Sr. Paulo Valério Silva Lima, Subsecretário de Regularização da Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano; Sr. Luciano Nobrega Queiroga, Diretor Extraordinário de Habitação e Regularização Fundiária da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal (Terracap); Srª Helena Bonciani Nader, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; Sr. Sérgio Antônio Gonçalves, Superintendente da Secretaria do Patrimônio da União no Distrito Federal; e Srª Cristina Rasia Montenegro, Promotora de Justiça da Promotoria de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Normalmente, a pauta se inicia com a exposição feita pelo autor do requerimento, mas para que possamos ganhar tempo – já estamos com 21



## SENADO FEDERAL

### SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA E REDAÇÃO DE DEBATES LEGISLATIVOS

COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO DE DEBATES LEGISLATIVOS NAS COMISSÕES

CRA (13ª Reunião Extraordinária)

SF - 2

15/05/2014

minutos de atraso para o início da nossa reunião –, concedo a palavra, como primeira expositora, à Promotora de Justiça, considerando que a Promotoria de Justiça normalmente tem algumas observações a fazer. E, ao fazê-las, lógico que os outros expositores deverão ficar de ouvidos bem abertos, porque o Ministério Público não é brincadeira.

Com a palavra a Srª Cristina Rasia Montenegro, Promotora de Justiça da Promotoria de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Distrito Federal.

Gostaria de estabelecer, tendo em vista que são três expositores, o prazo de 15 minutos para cada um. Logicamente, se houver necessidade, haverá algum tempo de prorrogação.

Tem a palavra a nossa Promotora.

**A SRª CRISTINA RASIA MONTENEGRO** – Bom dia a todos. Eu queria agradecer, em primeiro lugar, a oportunidade de, neste ambiente de debate de ideias, ambiente democrático, trazer a posição do Ministério Público tão importante quanto é essa tentativa de despejo da Embrapa Cerrados. A nossa preocupação maior, como Promotoria de Meio Ambiente, é que essa área de Planaltina DF é tradicionalmente conhecida por ser o berço das águas do Brasil. Por isso temos ali a Estação de Águas Emendadas.

Ao mesmo tempo que é um orgulho para o Distrito Federal sermos o berço das águas do Brasil, também é um problema para a comunidade que vive ali, porque, como é área de nascentes, a disponibilidade hídrica é reduzida. E aí nós temos, desde os anos 80, anos 90, um contínuo adensamento do que era antigamente conhecido como Vila Agroagrícola, ou áreas tradicionalmente rurais de Planaltina. Esse adensamento foi trazendo problemas. Aqui o nosso Secretário de Habitação, tenho certeza, a Terracap vai poder até falar um pouquinho melhor sobre o adensamento de toda essa área.

O problema do adensamento, do ponto de vista da Promotoria de Defesa de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, é a questão de prover a essa população água e esgoto. A água, como aqui os técnicos presentes sabem melhor do que eu, é finita. Então, por mais que a gente consiga trazer, fazer adutoras, bombeiar, soluções de engenharia maravilhosas, essa água vai ter um custo cada vez maior; e esse custo pode ser reduzido através do uso racional e respeitando o perfil, a característica da área.

O que funciona agora lá é que a Embrapa, hoje, trabalha quase como um trampolim ali de biodiversidade para a área de Águas Emendadas, Parque Nacional e a Reserva da Contagem. Quando a gente tem esses espaços livres, a gente consegue facilitar não só o andamento de fauna, de flora, mas a gente também consegue garantir um pouquinho de qualidade ambiental, que vai repercutir nas nascentes que vão garantir o abastecimento de água.

Então, a gente tem um sistema que é um sistema muito delicado, que é um sistema muito bonito de se ver e que, exatamente por essa delicadeza dele, não vai suportar essas constantes agressões. Tanto não vai suportar que nós já temos, dentro do histórico da Caesb, que é a nossa companhia de



saneamento do Distrito Federal responsável pelo abastecimento de água, históricos de encerramento de captação de água nessa região. E, nos anos 90, infelizmente, a Caesb, a mesma companhia, usou esse fato como justificativa para construir estações de captação de água dentro da Estação de Águas Emendadas, que é uma unidade de conservação de um nível muito restritivo. Ela construiu duas estações sob o argumento de que não podia, na Capital da República, faltar água em Planaltina.

Isso foi discutido longamente e, como o uso humano tem prevalência sobre qualquer outro uso, até hoje nós temos lá as captações funcionando dentro de Águas Emendadas, sem que a nossa companhia de água pague qualquer serviço ambiental para Águas Emendadas.

Então, a gente continua tendo uma visão arcaica de que a água é fácil, a água vem de qualquer lugar e a gente não precisa pagar por ela; e não é verdade – infelizmente, não é verdade.

A água é cada vez mais um recurso precioso, fundamental para a nossa vida; e isso tem um valor e também tem um custo.

O que nós estamos fazendo é desprezar o valor da água e o custo dessa água, adensando uma região que tem problemas hídricos.

Planaltina vivia, periodicamente, nos anos 90 e início de 2000, racionamento de água. Nós ainda temos carros-pipas abastecendo parte de Planaltina. A gente ainda tem esgoto a céu aberto em Planaltina. Quer dizer, temos ali problemas graves ambientais relacionados à água e esgoto que não foram solucionados. Agora, adensar essa área com mais vinte mil, dez mil, quinze mil, o número que seja, é fechar os olhos para os problemas que esses cidadãos já enfrentam todos os dias e criar uma nova área de demanda.

Então, como a gente cria novas demandas se já temos uma situação de limite? Essa é a nossa preocupação com a questão dos novos parcelamentos, novos assentamentos nessa área específica.

A questão dos moradores de aluguel aqui, no Distrito Federal. A gente tem uma experiência que eu acho que não podemos esquecer. A história é uma grande professora, mas também é uma professora, Presidente, que pode ser muito rigorosa quando não se aprende direito. E ela mostrou aqui, no Distrito Federal – e está aqui na beira da gente, para qualquer um ver –, o que é a cidade administrativa hoje do Itapuã. Ela foi um movimento social que nasceu pelos moradores de aluguel. Então, a gente tem toda uma cidade criada para moradores de aluguel e que aparentemente não resolveu e não vai resolver, porque essa é uma demanda, esse é um círculo infinito. São Paulo hoje, segundo informações governamentais, tem 25% de demanda de moradia. Pelo menos 25% de demanda de moradia.

Então não é buscar a solução mais fácil que vai resolver o nosso problema. Nós temos que buscar a melhor solução.

A nossa responsabilidade aqui...

Nós estamos na Capital da República e temos o dever de, pelo menos aqui, fazer um trabalho bem feito.



Nós temos o maior índice de doutores, mestres e condecorados que dão esse aporte, que fazem essa discussão toda, mas não basta - a ciência, a tecnologia está aqui do lado - se os tomadores de decisão, como é o nosso Executivo, não escutam e não seguem esse caminho.

Aí a gente entra no segundo ponto, que também é de grande interesse da Promotoria do Distrito Federal, que é a questão da representatividade da Embrapa Cerrados como patrimônio cultural.

A Embrapa Cerrados – vai ser melhor explicado aqui – desenvolve um trabalho enorme e importantíssimo para todo o bioma Cerrado. E o bioma Cerrado não é Distrito Federal. O bioma Cerrado é Brasil e é para o Brasil que a Embrapa Cerrados trabalha. A gente está se esquecendo disso quando coloca a Embrapa Cerrados numa situação impossível, como se ela estivesse disputando algo com alguém.

A Embrapa Cerrados não está disputando nada com ninguém. Por quê? Porque ela presta um serviço essencial para todo mundo. Esse serviço deveria ser premiado pelo Governo do Distrito Federal, e não ser, na verdade, chutado para fora de uma área da BR-020.

Houve agora a abertura da exposição agropecuária no Distrito Federal. No primeiro dia, a nossa exposição movimentou 1 milhão e 300 mil pessoas. No primeiro dia! Isso é trabalho de produção. É a ciência trabalhando ao lado da sociedade, capacitando as pessoas para produzir sustentavelmente. Essa possibilidade de produção sustentável está intimamente ligada aos saberes que foram criados nesta região. Então não é a mesma coisa que trocar de sapato ou trocar de apartamento ou trocar de casa.

A Embrapa Cerrados está aí por uma razão muito séria, porque ela tem uma série histórica que precisa ser preservada. Esse conhecimento de ciência e tecnologia é protegido pela nossa Constituição.

O Ministério Público vem aqui fazer novamente um apelo ao nosso Governo do Distrito Federal, de que por favor se sensibilize com essa questão. Aqui nós não estamos num jogo de trocar uma coisa por outra. Já passou esse momento. Hoje em dia, no Século XXI, nós temos que entrar no jogo de ganha-ganha. Ganha o Distrito Federal por estar a Embrapa Cerrados aqui, ganha a Embrapa Cerrados por preservar a sua área total de 300 e tantos hectares para manter as pesquisas que fazem deste nosso Brasil, que fazem desse nosso cerrado algo sustentável e economicamente viável.

Então a nossa mensagem nesta Comissão é mais uma vez de alerta.

Nós não precisamos ir às cortes, nós não precisamos discutir o que a nossa Constituição tão claramente já diz.

Agradeço muito a oportunidade de estar aqui.

Espero que todos os debates se alinhem no sentido de que, sim, é possível a gente ter desenvolvimento sustentável, é possível ter cuidado com o meio ambiente e é possível ter uma política fundiária responsável.



É possível que o tomador de decisões aqui do Distrito Federal faça uma equação ganha-ganha e sair dessa tragédia em que vivemos, pela qual para um ganhar outro tem que perder.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Agradeço à Drª Cristina, que inclusive foi até mais econômica quanto ao tempo que lhe foi reservado.

Muito obrigado.

Gostaria de chamar a atenção dos Srs. Senadores e Senadoras porque o Senador Rodrigo Rollemberg apresentou requerimento de aditamento ao requerimento inicial para o convite da Drª Cristina Montenegro.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A regra da Comissão é, inicialmente, facultar a palavra aos autores do requerimento.

Peço permissão ao nobre Senador Rodrigo Rollemberg, pois a Senadora Ana Amélia também é autora e vai ter preferência, num primeiro momento.

Tem a palavra a Senador Ana Amélia.

Considerando que V. Exª é o primeiro subscritor, mas quando num conjunto de pessoas existe uma mulher, ela tem preferência. Pelo menos a meu ver.

**O SR. RODRIGO ROLLEMBERG** (PSB - DF) – Quem sou eu para desobedecer a orientação de V. Exª, Sr. Presidente.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Sr. Presidente, penso ouvir os demais expositores, mas, em primeiro lugar, eu queria cumprimentar a Drª Cristina. Nós aqui fizemos uma grande campanha para defender o Ministério Público. Apreciamos aquela famosa PEC, famigerada PEC que tentava colocar uma mordaça no MP. Eu, pessoalmente, tenho um respeito muito grande pela instituição do Ministério Público.

O seu depoimento aqui revela, realmente, o compromisso da instituição com a sociedade e com as questões relacionadas a ela, em todas as demandas, no chamado interesse difuso, em que, entre outras coisas, estão a questão do saneamento, todas as questões ambientais e a questão do abastecimento de água.

Mas o nosso objetivo aqui é mais no sentido de preservar um patrimônio – a Drª Helena Nader, da SBPC representa isso muito bem – que diz respeito à ciência e a um lugar sagrado, porque ciência para mim é como religião. Quer dizer, temos que respeitar e que ajudar a ciência sempre, sem preconceitos, com a visão clara de que é na ciência que está o caminho para a sociedade ter uma vida melhor, em todos os campos.



Então, esse centro da Embrapa Cerrados – eu passo muito por lá – é um lugar sagrado, porque ali há pesquisa, há a busca do conhecimento e do desenvolvimento, para fazer do Brasil o que ele é hoje no cenário internacional. De maneira absolutamente sustentável. A Embrapa tem esse papel. Hoje, a Embrapa é um orgulho muito grande para todos nós. Para o Senador Moka, o Senador Figueiró e o Senador Rodrigo, que é patrono da feira do PAD/DF, referência em matéria de tecnologia e de avanço. Por quê? Porque a ciência e a Embrapa estão ali juntas.

Eu queria cumprimentá-la apenas, depois das exposições. Eu lamento muito porque fui convocada para presidir uma comissão mista de medida provisória que tem a ver com a agricultura e com os assentamentos, medida provisória que trata de recursos para os assentamentos e os assentados da reforma agrária. Então, às 9h30, eu vou ter que deixar esta audiência. Lamento muito, mas nossos colegas Senadores são comprometidos com esta causa, sem dúvida. O Senador Figueiró, semana sim, semana também, defende a Embrapa porque lá trabalhou e tem filho na Embrapa. Portanto, ele é um protetor, um patrono da Embrapa, como todos aqui somos.

Estou muito feliz com o Senador Rodrigo Rollemberg porque ele é do Distrito Federal e, mais do que eu, que sou do Rio Grande do Sul, tem esse compromisso. Quando assinamos o requerimento proposto por ele, nosso objetivo foi tão somente preservar. O Distrito Federal possui muitas áreas para executar o programa, que também é importante. O programa habitacional tem um cunho social importante. Eles não são adversos, são complementares. Daí a necessidade de encontrar áreas, muitas delas hoje invadidas irregularmente por pessoas que se valeram do interesse econômico, não interesse social, para fazer a exploração indevida, eu diria até criminosa, com a grilagem de áreas que pertencem à União ou ao Distrito Federal.

Parabéns à senhora pelo depoimento.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra, o Senador Rodrigo Rollemberg.

**O SR. RODRIGO ROLLEMBERG** (PSB - DF) – Sr. Presidente, serei breve para que possamos ouvir os nossos convidados.

Quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup>; cumprimentar todos os convidados que nos honram com suas presenças hoje na Comissão de Agricultura; cumprimentar os nossos Senadores, Rubem Figueiró, Waldemir Moka e Ana Amélia. E dizer que a Senadora Ana Amélia é uma brasiliense adotada por nós.

É uma coisa inusitada estarmos em pleno século XXI, em plena época da sociedade do conhecimento, fazendo uma audiência pública para proteger uma empresa de pesquisa do Governo do Distrito Federal.

O Governo, que deveria ter a responsabilidade de promover a ciência, a tecnologia e a inovação, está querendo retirar – parece inimaginável isso – uma área que há 35 anos está dedicada ao desenvolvimento científico e tecnológico. É uma falta de compreensão do futuro, de compromisso com o futuro



impressionante. É um pensamento rasteiro, é um pensamento curto, é um pensamento tacanho, porque não comprehende.

Eu ouvi o ex-Secretário de Habitação, Deputado Geraldo Magela, dizer: "Não, mas ali a Embrapa desenvolve pesquisa com pecuária. Aquilo é uma fazenda." E não percebe o que significa uma pesquisa sobre solos do Cerrado, que é feita ali, há muitos anos. E é por isso que tem que ser ali, não pode ser ao lado, porque é ali que são feitos os experimentos e todo o acompanhamento ao longo de trinta anos, de como se comporta o solo a cada ação desenvolvida pelos pesquisadores, para fazer com que o Cerrado se transforme – como vem se transformando – na grande alternativa de produção de alimentos do Brasil.

Por outro lado, parece que as pessoas do Governo do Distrito Federal estiveram distantes do debate sobre o Código Florestal. E para esta Casa, Moka, V. Ex<sup>a</sup> é testemunha disso, a Senadora Ana Amélia estava à frente da Comissão de Meio Ambiente, a Dr<sup>a</sup> Helena foi convidada algumas vezes para que a ciência pudesse se posicionar sobre o Código Florestal, está muito claro que uma das questões ambientais mais importantes para o País neste momento é aumentar a produtividade da pecuária brasileira. Por quê? Porque nós temos uma pecuária extensiva, um rebanho enorme, o Brasil é um grande produtor e exportador de carne, mas utiliza grandes quantidade de terra para essa pecuária. E à medida que essa pecuária se torna mais produtiva, nós podemos produzir mais carne, utilizando menor quantidade de terras, com isso liberando terras para a produção de alimentos, para a agricultura, para a agroenergia, sem pressionar os biomas preservados.

Então, o Governo do Distrito Federal, que deveria estar conversando com a Embrapa e com outras instituições científicas do País no sentido de criar ambiente, criar condições para que outras instituições viessem para o Distrito Federal – porque essa é a vocação da capital, ser um grande polo de ciência, tecnologia e inovação –, está querendo simplesmente retirar, expulsar uma instituição que é orgulho dos brasileiros e respeitada em todo o mundo.

Eu fiz um apelo à Presidente Dilma, no plenário, à ex-Ministra Gleisi, que estava no plenário, de que essa é uma questão sobre a qual o Governo Federal tem responsabilidade. Por isso que convidamos inclusive o Ministro da Ciência e Tecnologia, porque estamos falando da imagem do Brasil, de uma questão importante e estratégica para a produção nacional. E é inadmissível que isso esteja acontecendo.

Eu quero fazer uma sugestão. Sei que isso tem um caráter meramente político, mas que a Comissão de Agricultura pudesse deliberar uma nota, uma manifestação a ser encaminhada à Presidenta da República, a ser encaminhada ao Ministro da Ciência e Tecnologia, a ser encaminhada ao Ministro Aloizio Mercadante, no sentido de manifestar a sua posição contrária à retirada da Embrapa daquele local.

Como disse a Senadora Ana Amélia, os programas habitacionais são importantes. É indiscutível isso e ninguém está discutindo isso. A Dr<sup>a</sup> Cristina foi brilhante em dizer que nós temos que fazer – e o Governo tem instrumentos para



isso – um ganha-ganha, e não que um ganhe e o outro tenha que perder, porque o Distrito Federal – e aqui nós temos essa condição, porque grande parte do território do Distrito Federal ainda é de terras públicas – ainda tem inúmeros outros locais em que isso pode ser feito.

Agora, isso nos leva até a pensar em quem está sendo beneficiado com isso. Qual é a empresa que vai desenvolver esse projeto? Acho que seria importante dizer qual é a empresa que vai desenvolver. Por que o Governo quer tanto fazer ali, e não pode ser do outro lado em outro lugar? Qual o valor imobiliário daquela área?

Portanto, essa manifestação... Olhe, Senador Benedito, eu acho que isso é uma agressão. O que estão querendo fazer com a Embrapa Cerrados, o que estão querendo fazer com a sociedade brasileira nesse caso é uma agressão! É uma agressão ao bom senso. E o Senado, especialmente a Comissão de Agricultura, não pode se omitir, não pode permitir que isso aconteça.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Serão adotadas, nobre Senador, as providências na Comissão e, depois, nós submeteremos à apreciação do Plenário, para que seja encaminhado documento às autoridades constituídas do Governo, quer do Distrito Federal, quer do Governo da República.

Dando sequência, eu vou conceder a palavra, agora, sem dúvida nenhuma, ao Sr. José Roberto Rodrigues Peres, que é o Chefe-Geral da Embrapa Cerrados.

**O SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES PERES** – Bom dia a todos. Senador Benedito de Lira, para nós da Embrapa é uma satisfação muito grande. Quero agradecer o convite para participarmos desta audiência pública, parabenizar a Senadora Ana Amélia, o Senador Rollemberg pelo requerimento e agradecer também aos demais Senadores, que sempre estão apoiando, sem medir nenhum esforço, todos os pleitos da Embrapa.

Senador, eu queria fazer uma sugestão. A nossa intenção aqui é trazer informações sem fazer nenhum juízo de valor com relação a essas informações, para buscarmos os melhores encaminhamentos possíveis e necessários para que tenhamos soluções dentro do que já foi dito aqui, de uma decisão ganha-ganha.

A ciência é tão importante quanto a habitação. Nós temos que resolver o nosso problema sem conflitos. E nós, da Embrapa, temos aqui essa incumbência de mostrar... A minha primeira proposta é mostrar um histórico das negociações, fazer uma linha do tempo dessa área – da área da Embrapa Cerrados – até o momento; e depois a nossa pesquisadora, Drª Ieda, dará respostas sobre o quanto essa área tem gerado de tecnologia para inserir o Cerrado no processo produtivo, para que o Brasil de fato tenha chegado a dominar as tecnologias da agricultura tropical.

Então, rapidamente, eu vou fazer essa linha do tempo.

Por favor, pode passar.



A Embrapa Cerrados foi criada em 1975. Em 1975, o Ministério Público... Desculpem. O Ministério da Agricultura firmou um convênio com o Distrito Federal, com a interveniência da Embrapa, para que a Fundação Zoobotânica, que na época era responsável pela pesquisa e pelo fomento da agricultura do DF, disponibilizasse toda a sua estrutura para a Embrapa, que assumiria o papel da pesquisa no DF.

Já em 09/01/75, foi celebrado um contrato entre a Embrapa e a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, para a cedência de todos esses imóveis.

Depois de 33 anos... Em 1975, foi passada a área para a Embrapa. Depois de 33 anos de investimento em P&D, em 2008, o Governo do Distrito Federal, através da Terracap, solicitou à Embrapa a cedência dessa mesma área para construir um polo de agricultura do Distrito Federal. A Embrapa, nesse primeiro momento, sentiu que nós precisávamos regularizar toda a nossa área da Embrapa Cerrados. E entrou com solicitação à SPU/DF, para regularização dessa área, em 2008.

Por favor, pode passar.

Ainda em 2008, a Embrapa mandou uma comunicação à Terracap, justificando a manutenção da posse dessa área para a Embrapa Cerrados. A conclusão foi a de que a Terracap compreendeu a solicitação da Embrapa e não concluiu o Polo do Agronegócio. Já em 25/04/2009, a Câmara Legislativa do Distrito Federal, por meio de Lei Complementar, aprovou o PDOT, do qual não fomos informados, transformando a nossa área, que era rural, em área urbana.

Em 22/12/2009, aconteceu o episódio em que fomos invadidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. E, naquele momento, a Embrapa ofereceu 134 hectares para o assentamento dos Sem Terra numa área em que não tinha sido investido nenhum recurso em pesquisa. E a SPU, naquele momento, como contraparte, prometeu, firmou um compromisso com a Embrapa, um termo de compromisso, comprometendo-se em regularizar não só a área da Embrapa Cerrados, mas toda a área da Embrapa no Distrito Federal. Hoje, praticamente, não somos regularizados.

Por favor.

Depois de mais de dez correspondências, de discussões, em vários momentos, nós não tivemos êxito quanto à regularização prometida nesse termo de compromisso.

Em agosto de 2012, eu já como chefe da Embrapa Cerrados recebi um requerimento, uma notificação, um ofício da Secretaria de Habitação solicitando a saída da área dentro de 30 dias porque aquela área estava sendo destinada à construção das casas do Programa Minha Casa Minha Vida. Nós reagimos com uma nota técnica dizendo da importância estratégica que tinha aquela área para a Embrapa Cerrados, haja vista o investimento e a construção daquela área como estratégica para geração de tecnologia, até então.

Por favor.



Foram feitas cerca de treze reuniões para se discutir essa reação da Embrapa.

Em 16/08/2012, a Embrapa encaminhou à Secretaria de Habitação essa correspondência, falando sobre o termo de compromisso celebrado entre a SPU e a Embrapa.

Por favor, a próxima.

Nós não tivemos êxito nessa negociação, em que a Secretaria informou à Embrapa da impossibilidade de aceitar a permanência. E, no continuado das discussões, em 21/03/2013, a Embrapa recebeu uma correspondência do GDF propondo que desocupássemos a área e dando como contraparte a regularização de toda a área da Embrapa. Diante dessa exigência, não houve prosseguimento nas negociações. A Embrapa não aceitou essa condição.

Por favor, a próxima.

Em 30/07/2013, por meio de ofício, o Governo do Distrito Federal comunicou ao Presidente da Embrapa que a área ocupada, o Cerrado localizado... Ah, aí foi outra decisão. Nós fomos surpreendidos também, porque nós tínhamos outra área contígua a Sobradinho que estava incluída também no PDOT. Nós fomos notificados.

Paralelamente a essa notificação, nós da Embrapa recebemos uma notícia de que a Diretoria Colegiada da Terracap tinha autorizado a Terracap a celebrar um termo de cessão de uso em título precário não oneroso com a União para o uso da Embrapa das áreas ocupadas pela Embrapa em todo o Distrito Federal. Foi uma decisão e nós ficamos muito felizes de ter recebido esse comunicado da decisão da Terracap, do Conselho da Terracap dizendo da regularização das áreas. Paralelamente a essa decisão, o assunto foi para o Conselho de Administração da Embrapa, que também em reunião posicionou-se a favor de que a Embrapa tivesse que envidar todos os esforços para que não houvesse a cedência da área. Isso no Conselho de Administração da Embrapa.

Em 2/10/2013, a Embrapa solicitou à SPU a ratificação da solicitação da doação da área da Embrapa citada na decisão do Colegiado da Terracap. Então, a Embrapa operacionalizou a decisão do Colegiado da Terracap, comunicando à SPU dos encaminhamentos necessários. Naquela época, o Superintendente da SPU, Sr. Sergio Antônio Gonçalves, encaminhou ao Sr. Abdon, Presidente da Terracap, correspondência informando a ratificação da solicitação da referente doação das áreas utilizadas pela Embrapa, bem como o termo de cessão de uso a título precário a ser firmado em nome da Embrapa.

Em 18/10/2013, a Diretoria Executiva da Embrapa informou à Terracap que a SPU já havia ratificado a doação das referidas áreas, solicitando a adoção e providências para celebração do termo de cessão e uso do título precário.

Em 20/11/2013, a Embrapa recebeu a informação de que a Diretoria Colegiada da Terracap tinha revogado a decisão que versava sobre a autorização da cessão da área à Embrapa.



Por favor, a próxima.

Então, a Terracap oficializou à Embrapa a decisão tomada no seu Colegiado.

Em 3/12/2013, a Diretoria da Embrapa, o Presidente da Embrapa encaminhou à Superintendência da SPU um ofício manifestando o seu desapontamento pela decisão tomada da revogação daquela decisão anterior da cedência de autorização de legalização de todas as áreas da Embrapa.

Em algumas considerações finais, nós queremos aqui mais uma vez enfatizar que a Embrapa reconhece a importância e apoia plenamente os programas de políticas sociais de construção de moradia popular, mas também acredita na possibilidade da perfeita convivência entre a cidade e a pesquisa científica e tecnológica, tanto que a Embrapa possui mais de 20 unidades localizadas dentro das cidades.

Vou citar o exemplo da Embrapa no Pará, onde nós temos mais de 1.500 hectares dentro da cidade de Belém, com um convívio completamente harmonioso entre a pesquisa e o meio urbano. Inclusive, prestando serviços de proteção às áreas da União com prestação de serviços ambientais.

Por favor, pode passar.

Então, a conclusão é que nós estamos aqui sem fazer juízo de valor, passando as informações para que busquemos alternativas – porque existem alternativas – à construção dessas moradias, a não ser nas áreas da Embrapa.

Em seguida, eu gostaria que a Drª Ieda fizesse uma apresentação rápida sobre o que essa área já gerou de tecnologias que permitiram o desenvolvimento do Cerrado.

**A SRª IEDA DE CARVALHO MENDES** (*Fora do microfone.*) – Bom dia a todos. Muito obrigada à Comissão de Agricultura pela oportunidade de estar aqui falando um pouco das terras da Embrapa Cerrados na BR-020.

Vamos iniciar a nossa apresentação apresentando a Embrapa Cerrados.

A Embrapa Cerrados é um centro ecorregional da Embrapa...

**O SR. RODRIGO ROLLEMBERG** (PSB - DF) – Marcelo, acho que está sem som.

Presidente, acho que está sem som.

**A SRª IEDA DE CARVALHO MENDES** – Ela está localizada a 40km do Plano Piloto, na Saída Norte, próxima à cidade de Planaltina e de Sobradinho.

Esta é uma visão aérea da Embrapa Cerrados. Temos 2.130 hectares, dos quais 35% são áreas de reserva, 1.354 hectares são efetivamente utilizados na pesquisa, e temos uma área quadrada, em torno de 60 mil metros quadrados, com mais de 15 laboratórios, casas de vegetação, viveiros etc.

Somos, ao todo, 430 empregados.

A Embrapa Cerrados foi criada em 1975. E, naquela época – está até aqui a capa do *Correio Braziliense* notificando isso –, a Embrapa Cerrados foi criada para abrir uma frente agrícola no Cerrado. Naquela época, éramos o Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado. E, nos anos 70, o que era dominante nas



terras do Cerrado? Pastagens nativas. E todo mundo considerava as nossas terras como impróprias para a agricultura.

Dentre os vários visitantes que tiveram a oportunidade de nos visitar, ao longo desses quase 40 anos de história, chamou-nos muita atenção quando o Sr. Norman Borlaug, Prêmio Nobel da Paz e pai da "revolução verde", visitou-nos, em 2006, e disse assim: "olha, gente, nunca ninguém iria imaginar que os solos do Cerrado um dia se tornariam produtivos".

De fato, eles se tornaram produtivos. E hoje, 39 anos depois, o que é a nossa região do Cerrado? Uma importante fonte de alimentos para o mundo inteiro; tem um papel fundamental na geopolítica da segurança alimentar do mundo; é a maior fronteira agrícola do mundo. Hoje, da região do Cerrado saem 36% da produção nacional de carne, 60% da soja, 95% do algodão, 40% do feijão, 45% do milho. Enfim, hoje, temos no Cerrado a única grande agricultura tropical do mundo. Em todos os lugares do mundo onde a agricultura se desenvolveu, os solos eram de alta fertilidade, em locais de climas temperados, onde chovia o ano inteiro. Ninguém nunca fez uma agricultura tão poderosa como essa em solos de baixa fertilidade e onde temos somente seis meses de estação seca e seis meses de estação chuvosa.

A maior parte das tecnologias que possibilitaram a inserção do Cerrado ao processo, ao sistema de produção agrícola foi desenvolvida aqui na nossa unidade, a Embrapa Cerrados. Então, daqui, desses 2.100 hectares, saíram tecnologias que impactaram nos 207 milhões de hectares de todo o bioma Cerrado.

Nesta audiência, hoje, estamos aqui para discutir o futuro da Embrapa Cerrados. Como foi mencionado, a maior parte das nossas terras está localizada em áreas públicas, que pertencem ou ao GDF ou à União, e estamos aqui para falar dessa questão da desocupação dessa área de 300 hectares, às margens da BR-020, que representa nada mais, nada menos que 20% do nosso campo experimental, um quinto do nosso campo experimental. E o motivo dessa desocupação pelo GDF é exatamente a implantação de um empreendimento habitacional para quase cinco mil famílias.

Vou tentar explicar para vocês por que essa área é tão importante para a Embrapa Cerrados, por que não podemos perder essa área. Para explicar isso, vou ter de explicar começando desde o início: por que decidiram fazer a Embrapa Cerrados aqui onde ela foi construída?

No início, quando a Embrapa Cerrados foi criada, havia a opção de ela ficar ali perto da Granja do Torto, onde hoje temos o Parque de Exposições. Na época, essa decisão não foi acatada, preferimos ficar aqui em Planaltina, exatamente porque aqui, nesse local, a área era representativa de todo o bioma Cerrado. Então, aqui, na nossa área, temos representatividade de todos os tipos de relevo, solos e vegetação que ocorrem em nosso bioma. Por isso, tudo que fazemos aqui pode ser extrapolado para a região toda. Temos todos os tipos de vegetação que ocorrem no Cerrado, os tipos de solo, então, nossa área é representativa de todas as condições edáficas do bioma.



E por que isso é importante? Porque cada combinação de solo e vegetação resulta em um manejo diferente na agricultura. Então, se a gente tem todo esse campo experimental representativo, é um grande laboratório para nós.

Aqui temos uma foto da área em questão. São 300 hectares, dos quais 90 usamos efetivamente para a pesquisa. É uma área localizada bem na entrada da Embrapa Cerrados, fica em torno de 13km da nossa entrada; e aqui está a rodovia BR-20.

Aqui é uma foto da área, como ela está hoje; aqui está a rodovia BR-20.

E vou contar um pouco da história dessa área, o que essa área já fez pelo Brasil.

De 1980 a 1995, tínhamos aqui, nessa área, o famoso Experimento Central da Embrapa Cerrados. O que era esse Experimento Central? Era um grande experimento, em que avaliávamos e validávamos, em larga escala, de forma integrada, sob sistemas de produção, todas as tecnologias que a gente gerava nas parcelinhas pequenas. Por isso esse trabalho começou aqui em 1980, porque de 1975 a 1980, a gente já estava fazendo trabalhos de experimentação nas parcelinhas pequenas e quando já estávamos com essas tecnologias desenvolvidas que precisavam se validar em larga escala, fomos para essa área. Daqui saíram todas as tecnologias que possibilitaram a inserção do Cerrado ao processo produtivo.

Vou citar algumas dessas tecnologias. A baixa fertilidade do solo. Aquilo que Pero Vaz de Caminha escreveu na carta para o Rei de Portugal falando dos solos do Brasil, "aqui se plantando tudo dá", não se aplica aos solos do Cerrado, porque os nossos solos são de baixíssima fertilidade; e, além de possuir uma baixa fertilidade, eles têm um pH muito baixo – são solos ácidos –, e a única coisa que eles têm em abundância é alumínio, que é um elemento tóxico para as plantas.

Esse trabalho de construção do solo, através de calagem e adubação, foi uma coisa revolucionária e foi todo desenvolvido na Embrapa Cerrados. Foi um trabalho tão revolucionário que um dos pesquisadores pioneiros envolvidos nisso aí foi homenageado, em 2006, com o Prêmio Mundial da Alimentação, uma honraria que até hoje só foi concedida a um pesquisador brasileiro, exatamente por causa desse trabalho.

Outra tecnologia que quebrou paradigmas foi o uso do gesso na agricultura. O gesso, isso que a gente usa quando quebra o braço, perna e tal, pode ser utilizado na agricultura para melhorar o desenvolvimento das raízes das plantas. Antigamente, tínhamos isso aqui: montanhas de gesso nas fábricas de fertilizantes. E, hoje, esse gesso é usado na agricultura com uma tecnologia muito poderosa para melhorar a tolerância das plantas a problemas de stress hídrico.

Outra tecnologia que também foi desenvolvida e validada na BR foi a parte de tropicalização da soja. A soja é uma planta que se desenvolve em clima destemperado. Então, houve todo um trabalho de melhoramento de genética para ter cultivagem de soja adaptada a baixas latitudes e, juntamente com a parte de



melhoramento de soja, de desenvolvimento de cultivagem de soja, veio também outro trabalho revolucionário que foi o uso de bactérias que substituem a adubação nitrogenada. Essas bactérias formam essas bolinhas aqui nas raízes, são os chamados nódulos, e as quatro bactérias que são utilizadas no produto que o agricultor usa, que é o inoculante, foram selecionadas aqui na Embrapa Cerrados e validadas nessa área das terras da BR. Só para vocês terem uma ideia, só com o uso dessa bactéria e por não utilizar adubo nitrogenado, o Brasil economiza por ano US\$11 bilhões, sem contar que é uma tecnologia que não polui o meio ambiente.

Para termos uma ideia de comparação, o orçamento da Embrapa hoje é da ordem de US\$1 milhão, quer dizer, uma tecnologia só é capaz de pagar quase 11 vezes o que é investido na empresa.

E, como resultado desses trabalhos, temos esse retrato aqui hoje. A área de soja do início da década de 70 era de menos de um milhão de hectares; hoje temos 27 milhões de hectares cultivados com soja; e a produtividade da cultura que, em 1970, era da ordem de uma tonelada por hectare; hoje é de quase três toneladas por hectare; e tudo isso graças à pesquisa de melhoramento genético, fertilidade de soja, fixação biológica de nitrogênio, manejo de pragas e doenças. O saldo comercial do complexo de soja hoje no Brasil é da ordem US\$29 bilhões por ano.

De 1990 a 1995, tivemos, aqui na área da BR, experimento com irrigação sob pivô central. Foi um dos primeiros pivôs centrais instalados na região do Cerrado. Hoje é comum a gente sobrevoar a região e ver vários pivôs centrais, mas naquela época não. O primeiro pivô central que muito estudante de agronomia viu pela primeira vez na sua vida foi o pivô da BR.

E aqui houve o desenvolvimento de experimentos com irrigação, principalmente com feijão e trigo. Hoje, no caso do trigo, temos variedades de trigo tropical capazes de produzir até quase oito toneladas por hectare.

E atualmente o que temos nas terras da Embrapa? Hoje lá temos experimentação com a parte de manejo de pastagens. E por que pastagens? Porque hoje um dos grandes problemas, um dos grandes passivos ambientais que o Brasil possui são exatamente os 35 milhões de hectares de pastagens degradadas ou em algum estágio de degradação.

No início da década de 70 o que a gente tinha aqui no Cerrado era pastagem nativa. Com o trabalho de seleção de espécie forrageira, principalmente as braquiárias, a gente passou a ter passagens cultivadas. E, ao longo desse processo, muitas áreas de pastagens foram se degradando.

Esse é um problema tão sério, que é um dos compromissos voluntários assumidos pelo Brasil na COP 15, em 2009, e também é um dos pilares do Programa ABC, o nosso programa interministerial de agricultura de baixa emissão de carbono. E o objetivo no ABC é exatamente recuperar, incorporar pelo menos 15 milhões de hectares de pastagens degradadas, visando a exatamente reduzir, mitigar essas emissões de CO<sub>2</sub>.



E recuperar pastagem aumentando a taxa de lotação animal é a melhor forma de aumentar a fronteira agrícola sem derrubar uma única árvore. Quer dizer, a gente pode incorporar ao nosso processo agrícola 35 milhões de hectares sem desmatar nada, só aproveitando o que já está por aí. Coisas como essa daqui.

E lá na BR a gente tem hoje uma combinação ganha-ganha de genética de gramíneas forrageiras e também de genética animal. Para vocês terem uma ideia, essa combinação lá na BR hoje está proporcionando ganhos que a gente nunca imaginava, jamais imaginaria que iriam ocorrer.

Por exemplo, hoje, no cerrado, o que é comum na época seca é o animal perder peso. As nossas vacas, na época seca, não têm onde pastar, então o animal perde peso.

Lá nas terras da BR, com essa combinação de genética de gramíneas e de genética animal, os nossos animais têm ganhos – na época seca – diários da ordem de 180 gramas por dia. Ao invés de o animal perder peso, ele ganha peso.

E por que isso? Porque na genética de plantas nós temos espécies forrageiras que têm uma maior longevidade durante a época seca; e também há a parte de genética animal. Ali nas terras da BR hoje nós temos todos os animais que são a base do programa de melhoramento animal da Embrapa, são animais da raça BRGN, Brasil e genética Nelore. E esses animais têm como características a rusticidade. São adaptados às condições do Cerrado, principalmente à questão da seca, têm um elevado desempenho zootécnico, uma velocidade de crescimento muito maior e atualmente, dentro dessa raça, a gente está selecionando matrizes para a maciez de carne, que é um fator muito importante para tornar nossa carne mais rentável no mercado exterior.

Essa questão da contribuição genética é muito interessante porque um animal melhorado, nas mesmas condições ambientais chega a ser de 10% a 18% mais produtivo do que um animal que não é melhorado. E essa combinação ganha- ganha de animal e planta lá na BR tem feito isso aqui hoje.

Hoje, no Brasil, a taxa média de lotação das nossas pastagens é de 0,8 unidade animal por hectare. Uma unidade animal é o equivalente a 450 quilos de carne por hectare.

Lá nas terras da BR, na estação seca, a gente consegue ter de 1,5 a 1,8 unidade de animal por hectare, o dobro, e na estação chuvosa, quatro unidades animais por hectare.

Para a gente ter uma ideia do que isso representa, se no Brasil a gente aumentar a taxa média de lotação das nossas pastagens de 0,8 para 1,75, a gente libera para a agricultura quase 26 milhões de hectares, ou seja, a gente praticamente dobra a área cultivada hoje no Cerrado apenas aumentando a taxa de lotação das nossas pastagens.

É o único País do mundo que pode dobrar sua área cultivada sem desmatar e sem derrubar uma árvore.



E essa questão das pastagens... porque muita gente olha para a pastagem e fala: Isso é capim! Não, gente, isso não é capim, isso é futuro, isso é tudo de bom, isso é tecnologia. Sabe por quê? Porque esses capins hoje não são usados só para o animal comer. Não, hoje a moderna agricultura do Século XXI no Cerrado usa capim. Os capins são a grande vedete dos nossos sistemas modernos de agricultura. Por quê?

A gente planta a soja em outubro. Agora nós temos variedades precoces que podem ser colhidas já em fevereiro. Depois da colheita da soja a gente planta o milho e junto com o milho a gente planta essas espécies forrageiras, esses capins.

Quando a gente colhe o milho, esse capim fica lá e serve ou para alimentar o gado na época seca ou serve para a cobertura do solo. E isso aí é outra grande revolução tecnológica que a gente está fazendo na agricultura tropical. É o único lugar do mundo em que podemos ter três colheitas em um mesmo ano. Isso nós estamos falando de seis meses, que é o que a gente tem de chuva aqui na região.

E depois, isto aqui é uma foto lá do Oeste baiano, isso é o resultado, o que esse capim promove no solo. Olha a cachoeira de raízes que esses capins deixam no solo. Isso aqui ajuda a manter o nosso solo biologicamente ativo e produtivo. Em outras palavras, aumenta a sustentabilidade dos nossos sistemas agrícolas.

E tudo o que a gente quer hoje é produzir com sustentabilidade. E o que a gente vai perder se essas terras da BR forem efetivamente utilizadas para a construção desse empreendimento habitacional? Nós vamos perder 35 anos de pesquisa numa área que gerou, gera e precisa continuar gerando dados que vão impactar a agricultura brasileira, uma área com um histórico totalmente conhecido e documentado. Mudar para outra área é começar do zero.

Às vezes as pessoas falam assim: Mas por que a Embrapa não sai daí, não entrega essa área? O GDF dá outra área para a Embrapa. Não, se a gente for para outra área é como começar do zero. Os sistemas agrícolas evoluem ao longo do tempo. É como um ser humano. Então, você pegar uma criança de cinco anos e um adulto de 35 anos é completamente diferente.

No sistema agrícola é assim e a história da agricultura na região dos cerrados tem essa idade aqui. A nossa agricultura é uma agricultura recente, 35 anos. Então, essa área é uma memória fidedigna de tudo o que foi feito na agricultura brasileira, no Cerrado, nos últimos 35 anos, por isso a gente não pode perder essa área. E essa área é ao mesmo tempo representativa do bioma Cerrado e única dentro da Embrapa Cerrados.

Nós não temos uma outra área na Embrapa Cerrados para fazer pesquisas em larga escala de forma extensiva, nós só temos essa área das serras da BR; e perder essa área é também perder um patrimônio valioso para os trabalhos de pesquisa relativos às mudanças nas propriedades químicas, físicas e biológicas do solo. E o solo é a base de tudo, é a base de todos os nossos sistemas agrícolas.



O que a gente quer deixar para as gerações futuras? Desertos ou jardins? Então, a gente trabalha para deixar jardins para o pessoal que vem por aí.

E, para finalizar, só destacar como a pesquisa agropecuária ajudou a mudar a vida do povo brasileiro. Esse gráfico aqui é um gráfico que nos deixa, trabalhadores da pesquisa, muito orgulhosos, porque aqui a gente observa a evolução da produção, da área e do rendimento dos grãos no Brasil, no período de 1977 a 2010.

A Embrapa foi criada em 1973. Ao longo desses quase 40 anos o que a gente observa? Que a superfície cultivada, a área cultivada no Brasil teve um crescimento de 31%, mas nesse mesmo período a nossa produtividade e a nossa produção tiveram aumentos da ordem de 300 e 366%, ou seja, no Brasil, a gente aumentou a produção de alimentos não pela expansão da área cultivada, mas pelo uso de tecnologia; e essa tecnologia chega ao bolso da população brasileira porque, com o aumento da oferta de alimentos, houve uma redução sensível nos preços, de tal forma que a cesta básica hoje custa 20% do que ela custava em 1975.

Se as pessoas gastam menos para comprar alimentos, sobra dinheiro para gastar com outras coisas. Então, nesse mesmo período houve um aumento do poder de compra do salário mínimo da ordem de 160% e – já está finalizando – só para dizer o seguinte: que o crescimento com sustentabilidade é uma grande oportunidade para o Brasil.

O Brasil é o único País que tem condições de, além de ser uma potência agrícola, ter tudo para ser no século XXI uma potência energética e uma potência ambiental. E a Embrapa Cerrados precisa ajudar e quer continuar ajudando o Brasil a escrever essa história.

Quando saiu essa manchete no *Correio Braziliense* em 1975, os pesquisadores que estavam trabalhando na Embrapa Cerrados, jamais iriam imaginar que 40 anos depois o trabalho deles ia ser objeto de reportagem no *The New York Times*, no *The Economist*, na *Nature*, no *The Washington Post*. Eles jamais iriam imaginar isso, mas hoje se a gente perder essa área aqui, a gente não sabe se daqui a 40 anos a gente estará aqui para falar da nossa unidade.

A perda dessa área pode se tornar o início do fim da Embrapa Cerrados! (*Palmas.*)

Dificilmente, os experimentos que a gente tem hoje lá vão conseguir superar essa pressão exercida por uma cidade de 25 mil pessoas bem na nossa entrada. Então, a gente acredita que é possível conciliar e nós sabemos que a Embrapa e o GDF têm uma parceria muito bem sucedida de 40 anos.

Não sei se vocês sabem, mas o Distrito Federal é o lugar do mundo que tem a maior concentração de pesquisadores em agronomia por metro quadrado; e essa combinação de pesquisadores junto a uma potente, excelente estrutura de extensão rural representada aqui pela nossa Emater-DF, que é ligada à Secretaria de Agricultura, que é ligada ao GDF, essa parceria tem resultado em coisas que a gente jamais imaginaria. Por exemplo, vocês sabem que hoje o campeão nacional de produtividade em trigo no Brasil é o Distrito Federal?



Produzimos trigo quase com uma média de sete toneladas por hectare, enquanto a média do Brasil é em torno de 2,6 toneladas por hectare? O feijão? A média brasileira é uma tonelada e no DF são três toneladas. Então, tudo isso é reflexo de pesquisa e extensão lado a lado, ciência.

Interromper as pesquisas nas terras da BR é uma perda irreparável com prejuízos que vão muito além dos limites do Distrito Federal. E é por isso que a gente fala que a Embrapa Cerrados é um patrimônio de Brasília e de todos os brasileiros.

Para finalizar, só mostrar aqui essa foto tirada da Serra da BR, onde a gente vê aqui atrás a Estação Ecológica de Águas Emendadas. Aqui, senhoras e senhores, é onde nascem as nascentes de duas grandes importantes bacias hidrográficas brasileiras. Aqui temos as nascentes das bacias Tocantins/Araguaia e bacia do Paraná. Até 2009, essa área era considerada Zona de Amortecimento de Águas Emendadas; e desde 2009, com a promulgação do PDOT, ela passou a ser uma zona de mata ou zona urbana. E a gente realmente considera que isso aqui é muito importante pra a preservação de águas emendadas.

Muito obrigada pela atenção.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Dando sequência a este trabalho na nossa reunião, gostaria de cumprimentar este grupo de pessoas que estão vestidas de preto em uma demonstração de... Eu vi escrito luto e tenho a informação de que são funcionários da Casa ameaçados. Pelo menos ouvi uma declaração ontem do Presidente da Casa.

Nobre Senador Flexa, acho interessante que ao longo da vida, ao longo do tempo a TV Senado, a Rádio Senado são os dois instrumentos de comunicação que fazem o trabalho de informar ao Brasil sobre as ações praticadas pelos Senadores aqui.

A título de economia, segundo declarações do Presidente, ontem, até por uma provocação do Senador Rodrigo Rollemberg, centenas de pessoas estão ameaçadas de serem demitidas, a exemplo do que já aconteceu antes. Os pequenos, até o pessoal terceirizado, no começo dessa gestão. E eu não sei o que, sinceramente – a não ser que nos comuniquem –, melhorou o Senado! Pelo menos já estou aqui há praticamente quatro anos e não vi nada que viesse trazer qualquer tipo de benefício para a população brasileira e praticamente para que os Senadores pudessem desenvolver um trabalho com muito mais eficácia.

Senador Flexa Ribeiro, V. Ex<sup>a</sup> que é o 1º Secretário da Casa, seria interessante que evitássemos... Lógico que eu não tenho absolutamente acesso àquilo que o Senado recebe e àquilo que o Senado gasta. Agora é preciso que se aprofunde, porque tem outras despesas que me parecem até certo ponto supérfluas e que não trazem benefícios para a coletividade, mas, sim, podem trazer até benefícios de ordem pessoal.

Então, quero hipotecar a nossa solidariedade aos senhores e senhoras e dizer que ontem fomos alertados disso. Evidentemente os Senadores ficam muito passivos diante desse tipo de ação, mas a Casa é de todos e todos



nós temos compromisso e responsabilidade com a boa gerência e ao mesmo tempo com aquilo que realmente mostre à sociedade o que esta Casa faz, o que esta Casa pratica. Por isso, sejam bem-vindos a esta reunião de audiência pública. (*Palmas.*)

Mas está feito o apelo ao eminentíssimo Senador Flexa Ribeiro, 1º Secretário da Casa, um homem que tem demonstrado, ao longo da sua presença aqui, muita sensibilidade no que diz respeito a isso.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – É preciso hoje dizer às pessoas, às vezes, que ninguém deseja favor. O trabalho significa as pessoas. O suor do trabalho, a sua capacidade, a sua qualificação é exatamente em função daquilo que é natural, primitivo: a manutenção da sua família.

Então, queria, abrindo este parêntese, até fora da nossa audiência pública, mas é uma situação que requer uma atenção toda especial nossa parte, que fazemos a Casa.

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro, pela ordem. Antes, porém, convido o eminentíssimo Senador Rodrigo Rollemberg para dar continuidade a esta audiência, considerando que eu tenho um compromisso fora e, ao mesmo tempo, tenho viagem marcada para o meu Estado e, infelizmente, eu não tenho avião, viajo no avião dos outros. (*Risos.*) Então, eu tenho que chegar na hora absolutamente certa.

Eu queria agradecer aos nossos convidados. Estou muito feliz pelas apresentações que foram feitas e queria cumprimentar a Drª Ieda pela bela exposição feita, ao tempo que eu cumprimento a todos que fazem a Embrapa Cerrados, no Distrito Federal. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro e, em seguida, a Senadora Ana Amélia.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, o Senador Benedito de Lira trouxe à Comissão um assunto que preocupa a todos nós.

Os funcionários terceirizados do Senado Federal da área de comunicação estão preocupados em função de uma orientação da Mesa Diretora no sentido de redução de gastos. Por proposta nossa, hoje, antes de definir qual o percentual de redução do quadro da TV – porque a TV e a Rádio Senado são conquistas do Senado Federal e devem ser preservadas, fortalecidas inclusive – nenhuma ação da Mesa será feita no sentido de reduzir a capacidade de ação da TV e da Rádio Senado. Pelo contrário. Nós vamos fortalecer-las, inclusive equipando-as com equipamentos de última geração, para que possamos, inclusive, ter digitalizado todo o sistema.

Como eu disse, por sugestão nossa, nós vamos fazer uma reunião com a Mesa Diretora exclusivamente para que possamos tratar da questão da área de comunicação do Senado Federal. O Diretor da área, Dr. Davi, vai expor à



Mesa Diretora a situação da área de comunicação, que fará uma proposta para que nós possamos tomar uma decisão, como eu disse, de tal forma que não venha a prejudicar os trabalhos tão bem executados pela TV e pela Rádio Senado.

Então, eu quero tranquilizar aos colaboradores nossos, terceirizados, da TV Senado, porque a redução que haverá será aquela que não venha trazer nenhum impacto negativo aos trabalhos da televisão e da rádio. Podem ficar tranquilos, com relação a isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Com a palavra, a Senadora Ana Amélia.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Presidente, eu queria aproveitar até, como disse o Senador Benedito, foi um parêntese aberto nesta audiência pública da maior relevância. Tudo o que nós estamos ouvindo aqui nos leva a assumir um compromisso ainda maior com a Embrapa e com esta causa. Ela é inquestionável.

Aproveitando que a TV Senado e o pleito que está diretamente relacionado a isso. O que é a TV Senado? É a divulgação daquilo que nós estamos debatendo aqui. Então, esse núcleo... Eu faço até um apelo aos colegas da TV Senado para que ampliem e repercutam, usando a TV Senado e usando todos os veículos da área de comunicação do Senado, para expandir e repercutir o que nós estamos debatendo aqui. Ao mesmo tempo eu quero dizer, como disse o Senador Flexa Ribeiro, membro da Mesa, é claro que uma modernização e uma atualização tecnológica pressupõem pessoas operando. Não adianta uma máquina muito moderna se atrás dessa máquina ou nela não estiver uma pessoa para dar eficiência a essa máquina. (*Palmas*.)

Eu queria dizer também, num depoimento pessoal, que eu, como jornalista, posso avaliar com maior, digamos, atenção, o que significa esse trabalho. Eu percorro o Rio Grande do Sul e aonde eu vou a referência maior é: "Vimos e ouvimos o seu discurso pela TV Senado!" Quer dizer, ela está em todos os cantos deste País – em todos os cantos, Senador Flexa; em todos os cantos! Lá no seu Pará, aonde V. Ex<sup>a</sup> vá, certamente ela lá está, porque como ela está na parabólica, mesmo em uma distante propriedade rural, no Pará, pela parabólica, se acessa à TV Senado. Então, este foi um grande avanço de, digamos, massificar o acesso à TV Senado, com uma grande qualidade de apresentação e de imagem.

Como Senadora do Rio Grande, talvez o Rio Grande do Sul seja o Estado que tenha o maior índice de audiência da TV Senado.

E temos que ter, na TV Senado, como o temos até hoje, um veículo para a transparência das nossas atividades. É isso que também ajuda a TV Senado. Falamos tanto em transparência, e o papel de um instrumento como a TV Senado, ou a Rádio Senado, ou o Jornal do Senado, todos os veículos, o nosso sistema das redes sociais, Facebook, Twitter, o Alô Senado, todos eles, é que em muitas de nossas audiências públicas há a participação direta da população,



quando discutimos por aqui pesquisa clínica, ou o tratamento do câncer, ou quimioterapia, todos esses aspectos, ou excessos de morte no trânsito nas motocicletas. Então, o papel que esses veículos da TV Senado têm nesse contato direto, nessa participação direta da comunidade é inquestionável.

Faço um apelo à Mesa, como fizeram o Senador Benedito e o Senador Rodrigo Rollemberg, aliás, ontem, o Senador Rodrigo usou a tribuna também para falar sobre esse tema e com muita propriedade, para que mantenhamos – como disse o Senador Flexa – essa equipe, inclusive para que também possamos dar continuidade e visibilidade maior a esse tema da Embrapa Cerrados, para preservá-la onde ela está. Porque como disse a nossa professora que deu uma aula com tanta simplicidade para mostrar que ali está o retrato bem-acabado de todo o Bioma do Cerrado, tirar aquilo dali é como se você estivesse violentando um grande pedaço do trabalho que os cientistas e pesquisadores estão fazendo naquele lugar sagrado.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Antes de passar a palavra ao Senador Ruben Figueiró, sobre esse tema – depois, precisamos retomar ao nosso tema, e aí quero reintroduzir o tema –, faço questão de dirigir algumas palavras. Alguém falou aqui, acho que foi o Senador Benedito de Lira, que estava presidindo, como se não houvesse relação entre o tema da nossa audiência pública e essa manifestação dos servidores terceirizados da TV Senado. Há, sim, há sim muita relação, primeiro porque parece que estamos vivendo um ambiente em que está imperando a falta de bom senso, porque, tanto no caso da Embrapa – e a manifestação da led a deixou isso muito claro, e vou voltar a falar disso – como na questão da importância da TV Senado como instrumento da transparência. Há quem interessa que a TV Senado não tenha capacidade de cobrir todas as atividades do Senado brasileiro? Até mesmo as reuniões desta Comissão, em que os agricultores brasileiros de todos os rincões, neste momento, estão tendo a oportunidade de acompanhar este debate, que é um debate que não diz respeito apenas ao Distrito Federal, é uma ação equivocada do Governo do Distrito Federal que tem repercussão em todo o País, tem repercussão na questão da segurança alimentar.

Repto: quem tem o interesse de que essas coisas não sejam vistas pelos brasileiros? O que a TV Senado, o que as TVs públicas, as TVs legislativas garantiram, em âmbito nacional, é a transparência, é o controle social, é a possibilidade de que o cidadão, em qualquer lugar do Brasil, possa acompanhar atividade do seu parlamentar ou dos demais parlamentares, fazendo juízo de valor.

É importante registrar, Senador Flexa, e vou apresentar esses dados no plenário, diretamente ao Presidente Renan Calheiros, que os dados que o Presidente Renan apresentou, ontem, no plenário, não são verdadeiros e não cabe comparação. (*Palmas.*) Primeiro, o número de terceirizados não é o que o Presidente se referiu, e depois é importante registrar que querer comparar com



emissora de televisão, com a TV Globo do Distrito Federal, que temos o maior respeito, mas que produz telejornais, poucos telejornais, uma programação pequena durante o dia. O que nós temos aqui são 24 horas de programação, programação diversa, programação ao vivo, como está sendo feito neste momento. (*Palmas.*)

Então, nós queremos, como Senadores – e eu como Líder do PSB solicitei isso e quero reafirmar –, nós queremos participar desse debate. Acho importante que o Presidente abra as contas do Senado, todas, para que os Senadores possam identificar onde deve haver o corte, onde está havendo excesso de despesa, mas não cortar de onde é exatamente a relação pública do nosso trabalho com a população, ou seja, a oportunidade da população brasileira saber o que está se fazendo no Senado Federal, com toda a sua profundidade.

Portanto, quero aqui manifestar a minha solidariedade aos servidores efetivos e aos terceirizados da TV Senado, que estão irmanados nessa luta em defesa da comunicação, em defesa da possibilidade da transparência, para que a população brasileira possa continuar acompanhando os trabalhos do Senado, como está neste momento. Estamos ao vivo, aqui neste momento, neste debate tão importante para o Brasil e que se não fosse a TV Senado, a população brasileira não estaria tomando conhecimento dele. (*Palmas.*)

Concedo a palavra ao Senador Flexa e, em seguida, Senador Ruben Figueiró.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Senador Rodrigo Rollemberg, vou reafirmar a V. Ex<sup>a</sup> que a preocupação de V. Ex<sup>a</sup> é a preocupação de todos os Senadores membros da Mesa Diretora do Senado Federal. Temos a obrigação de zelar pela administração e pelos recursos do Senado. O que pretendemos não é inviabilizar ou deixar de dar condições para que o sistema de comunicação do Senado Federal funcione, como tem funcionado até hoje, com reconhecimento de todos nós. A TV Senado e a Rádio Senado fazem um trabalho magnífico, levando à sociedade brasileira a ação parlamentar do Senado Federal, como bem disse a Senadora Ana Amélia.

Na minha região, talvez a região mais afastada e de menor possibilidade de comunicação, quando se viaja ao interior do interior, você chega à casa de um pequeno agricultor, um caboclo, como dissemos, está lá uma parabólica e ele diz que assiste nos viu na TV Senado. Então, é um símbolo do Senado que não pode e não será – e aí quero que V. Ex<sup>a</sup> possa ter certeza – não será atingido e prejudicado por qualquer decisão da Mesa Diretora, muito pelo contrário. A preocupação nossa é de fortalecer o sistema, de fazer com que ele fique cada vez mais fortalecido e com melhores equipamentos.

Então, o que vamos decidir hoje com tranquilidade, e por isso é que a Mesa Diretora decidiu ouvir o diretor da área, para que o diretor da área, que é a pessoa que administra todo o sistema, possa dizer à Mesa qual a sua posição quanto à redução. Senador Rodrigo Rollemberg, já fizemos redução em outras áreas que não trouxe nenhum prejuízo à atividade parlamentar. Essa é a obrigação nossa: fazer a redução que precisa ser feita, até porque nós temos que



– e V. Ex<sup>a</sup> é um dos defensores – chamar aqueles que fizeram o concurso e são excedentes, pois o número de vagas abertas pelo concurso já foi todo preenchido, e nós estamos chamando aqueles que passaram no concurso, mas não estavam dentro das vagas determinadas. Ou seja, aqueles excedentes estão sendo chamados, e eles vão substituir, lamentavelmente, que é o caminho natural, os terceirizados.

O que nós temos que ter é, sem sombra de dúvida, o cuidado para que se mantenha o nível de excelência do trabalho feito até hoje pela área de comunicação do Senado Federal, e isso será feito. V. Ex<sup>a</sup> pode ter a tranquilidade e participar, inclusive, se quiser, da própria reunião da Mesa Diretora. Não há nada que não possa ser explicitado e discutido com todos os membros do Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – É uma alegria ter os funcionários da TV Senado aqui, mas peço apenas para respeitarem o Regimento e não se manifestarem.

Com a palavra, Senador Ruben Figueiró.

**O SR. RUBEN FIGUEIRÓ** (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Sr.

Presidente, quando a minha assessora de comunicações deu-me a notícia de que a Mesa do Senado iria promover a rescisão de contrato com os chamados funcionários terceirizados, para mim, constituiu um impacto emocional profundo.

Eu considero a TV Senado, conforme já afirmaram os nossos eminentes colegas, o pulmão que permite o vigor da nossa voz. E isso se deve não somente pelos equipamentos que temos, mas, sobretudo, pela inteligência e operosidade dos funcionários que manipulam esses equipamentos. Melhorias, sim, são necessárias, mas se deve levar também em conta o aspecto humano e social que uma medida dessa ordem vai trazer para centenas e centenas de homens e mulheres que nos ajudam, que impulsionam a nossa atividade parlamentar.

Eu não quero prosseguir, Sr. Presidente, até para podermos não prejudicar o andamento desta audiência pública. Mas eu quero aqui reiterar a manifestação que eu fiz ao Líder do meu Partido, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que me assegurou que o Partido, através da sua representação lá, na pessoa do eminente Senador Flexa Ribeiro, seria no sentido de transmitir a nossa preocupação, a preocupação do nosso Partido, e o desejo de que uma solução razoável seja dada a essa questão e, sobretudo, mantenha o trabalho daqueles que hoje aqui estão em uma manifestação democrática do seu desejo e do seu protesto.

A eles todos, portanto, também como V. Ex<sup>a</sup>s fizeram, a minha mais integral solidariedade. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Muito obrigado, Senador Ruben Figueiró.

Com a palavra, Senador Cyro Miranda.



**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Sr. Presidente Rollemberg, Sras e Srs. Senadores, o Presidente Renan está cometendo um engano muito grande. Ele está confundindo custo com investimento. (*Palmas.*)

Ontem, ele falou que custava para o Senado não sei quantos milhões. Isso não é custo, isso é investimento. Isto é próprio de quem não sabe administrar, fazer essa diferenciação.

O Senado faz uma das coisas que mais nós pedimos, que é ajudar a politizar o povo brasileiro. Através da rede de comunicação do Senado, nós estamos conseguindo politizar o povo brasileiro. Talvez, a alguns, isso não interesse.

Este é um dos maiores patrimônios do Senado: esta rede de comunicação. E nós não vamos permitir que isso seja dilapidado. Talvez, porque essa rede de comunicação tenha uma independência, pode estar incomodando. Então, tem toda a nossa solidariedade.

Eu acho que nós temos que fazer um movimento, porque não é apenas uma pessoa que pode dar o destino sozinho de um sistema como esse.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Muito obrigado.

Eu consulto se sobre esse tema algum outro Parlamentar quer se pronunciar? (*Pausa.*)

Senador Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPILCY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Minha inteira solidariedade também para a continuidade dos trabalhos da TV Senado. Mas eu gostaria de dizer a todos aqui, que merecem a nossa solidariedade, que precisamos continuar o importante debate para ouvir todos os convidados.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Muito obrigado.

Senadora Lídice.

**A SR<sup>a</sup> LÍDICE DA MATA** (PSB - BA) – Para prestar, Sr. Presidente, também a minha solidariedade à TV Senado, que é indispensável hoje ao trabalho de cada um dos Srs. Parlamentares desta Casa.

Ela representa transparência, ela representa a divulgação e ela representa a força do Senado. Aliás, a marca principal do Senado, na sua diferenciação talvez com a Câmara, foi justamente a qualidade da sua TV Senado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Muito obrigado, Senadora Lídice.

Eu quero agradecer a presença dos servidores da TV Senado.

O Senador Flexa percebeu, como primeiro Secretário da Mesa, a manifestação unânime deste Plenário, da importância da TV Senado, da importância dos servidores da TV Senado, para prestação de um serviço da maior importância para a democracia brasileira e tenho certeza que V. Ex<sup>a</sup> saberá



interpretar o sentimento do conjunto dos Senadores na defesa da TV Senado, desse instrumento de transparência do trabalho legislativo.

Agradeço a presença dos servidores da TV Senado. Os senhores nos alegrarão muito em continuar acompanhando a nossa audiência pública.

Registro, com alegria, a presença do Deputado Izalci Lucas nesta Comissão.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. (*Palmas.*)

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Senador Rodrigo, apenas para uma questão rápida. É que eu estou no Conselho de Ética, tanto que agora está acontecendo uma reunião, mas eu não poderia deixar de passar por aqui para me referir à Embrapa. Quero comunicar a V. Ex<sup>a</sup> que, praticamente, nós já fizemos duas audiências públicas na Câmara, e está prevista outra agora na Comissão de Desenvolvimento Urbano, mas quero dizer que fiz uma indicação, com 280 assinaturas de Deputados, para a Presidente da República, para que ela possa intervir nisso para evitar e não deixar acontecer essa desapropriação, essa insânia do Governo do Distrito Federal.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Muito obrigado, Deputado Izalci.

Retomando a nossa audiência, antes de passar a palavra para o próximo convidado, eu quero cumprimentar a Dr<sup>a</sup> Ieda Mendes que nos emocionou aqui com a sua apresentação extremamente rica, mostrando a importância do trabalho dessa área da Embrapa Cerrados, para Brasília, para o Distrito Federal, para a Região Centro-Oeste, para os Cerrados e para o Brasil.

Eu acho que, na apresentação, fica claro que é inadmissível que se dê continuidade a esse processo de desapropriação dessa área da Embrapa pela importância estratégica que ela tem para o Brasil.

Continuando com o nosso debate, vamos ouvir neste momento o Sr. Paulo Valério Silva Lima, Subsecretário de Regularização da Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal (SEDHAB).

**O SR. PAULO VALÉRIO SILVA LIMA** – Ex.<sup>mo</sup> Sr. Senador da República pelo Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, em nome de quem eu cumprimento a todos os presentes na Mesa; Ex.<sup>ma</sup> Sr<sup>a</sup> Senadora da República, Ana Amélia, em nome de quem eu cumprimento aos demais Senadores presentes a esta audiência; demais senhores e senhoras, essa questão acabou alcançando uma temperatura além da fervura normal, acabou tomando aspectos passionais e acabou sendo carregada por alguns conceitos ou definições que acabam por não representar efetivamente a verdade daquilo que está se propondo para a sociedade.

Por essa razão, Sr. Presidente, primeiramente, quero agradecer a oportunidade de poder socializar o conjunto das informações que levaram o Governo do Distrito Federal à decisão de propor o empreendimento habitacional denominado Planaltina Parque.



Eu gostaria de, aqui, fazer uma breve apresentação.

Temos, ali, a localização do empreendimento denominado Planaltina Parque. O compromisso assumido pelo Governador do Distrito Federal foi ofertar ao conjunto da sociedade do Distrito Federal 100 mil soluções de habitação de interesse social. No entanto, esse não é único empreendimento habitacional que o Governo do Distrito Federal está empreendendo, este é um dos empreendimentos, em diversas áreas do Distrito Federal, em que está sendo oferecida solução de moradia. Então, o Planaltina Parque – que aqui se localiza – é um deles.

Cabe aqui esclarecer ao conjunto da Mesa e ao conjunto da Plenária que esta área não foi definida por este Governo como área de Habitação de Interesse Social. Ela foi definida por um pacto social que há na sociedade do Distrito Federal, pacto este denominado Plano Diretor de Ordenamento Territorial, que está em vigor desde 2009, e que, para que viesse entrar em vigor, passou por uma bateria de audiências públicas, foram 84 audiências públicas.

Eu participei de pelo menos 40 dessas audiências públicas e me recordo, até porque somos todos militantes políticos do Distrito Federal, tanto na questão do desenvolvimento urbano quanto da habitação, recorde-me de haver encontrado o Senador Rodrigo Rollemberg em diversas dessas audiências públicas quando debatímos com o conjunto da sociedade do Distrito Federal aquelas que eram as possibilidades de oferta de solução de moradia para o conjunto da sociedade.

Então, as audiências foram feitas no decorrer do ano de 2008 e, em 2009, foi levada à votação – parece que tivemos aqui um pequeno problema técnico – e, em 2009, a área foi definida como urbana e área de oferta de Habitação de Interesse Social. Além disso, em 2012, portanto, há quase dois anos, a área, em um processo de revisão do PDOT (Plano Diretor de Ordenamento Territorial), o Ministério Público, por ocasião da votação, indicou uma série de artigos que eram considerados inconstitucionais, e este PDOT precisou ser levado, de novo, ao Poder Legislativo do Distrito Federal. E, lá na Câmara Legislativa, a área não só foi confirmada como zona urbana, com o foi, já nesta Legislatura, com ampla maioria dos Deputados Distritais que avaliaram a matéria, sendo a área também definida como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS).

Então, na verdade, para além da decisão política da atual gestão do Governo do Distrito Federal em oferecer a área, há um pacto social denominado Plano Diretor de Ordenamento Territorial que indica aquela área como área urbana e Zona Especial de Interesse Social.

Também convém aqui esclarecer que não há que falar em despejo da Embrapa. A área em que o empreendimento Planaltina Parque incide, área hoje irregularmente ocupada pela Embrapa – são seis grandes áreas em todo o Distrito Federal ocupadas irregularmente – corresponde apenas a 10% da área da Embrapa.



Então, aqui, o Sr. José Roberto Rodrigues, chefe da Embrapa, e a pesquisadora Ieda citaram diversos exemplos em que há compatibilidade entre a pesquisa e a malha urbana. É isso que se propõe: apenas 10%. Foi mostrada, Srs. Senadores e demais senhores e senhoras, uma imagem aérea na apresentação da própria Embrapa, mostrando onde estava a biblioteca, o conjunto de laboratórios, a área administrativa. Eu quero esclarecer ao conjunto do Plenário desta audiência que tudo isso fica preservado no empreendimento Planaltina Parque. Nada disso é afetado.

Vou tentar avançar aqui.

Percebam: toda essa área aqui e uma parte que inclusive não aparece na imagem permanece preservada.

Toda essa área fora da linha vermelha e mais um pedaço que não aparece na imagem permanecem preservadas; uma outra área nessas proximidades permanece preservada. Então, para o empreendimento Planaltina Parque o que se propõe é a utilização de apenas e tão somente a poligonal, que está em vermelho, que corresponde – vou repetir – a 10% da área hoje ocupada pela Embrapa.

Por que o Planaltina Parque está sendo ofertado exatamente nessa área?

Senhores, eu tenho aqui um grande aglomerado urbano, que também o PDOT denomina Setor Habitacional Mestre D'Armas, que é uma ARIS. O que vem a ser uma ARIS? Área de Regularização de Interesse Social. Então, esse aglomerado foi promovido pela sociedade, há cerca de duas décadas, pela ausência de política habitacional clara ofertada pelo Governo do Distrito Federal. Sabemos todos que a cidade é um organismo vivo e que, quando o conjunto de atores do Governo não oferece à cidade solução para os problemas que a cidade demanda, esse organismo vivo busca a sua própria solução. Então, há cerca de duas décadas, aquele aglomerado surgiu e hoje está consolidado. É uma Área de Regularização de Interesse Social, assim prevista no Plano Diretor de Ordenamento Territorial e não pode ser regularizada, porque como os senhores podem perceber, embora a imagem não seja muito boa, porque é uma imagem aérea distante, mas a concentração aqui deste aglomerado – até porque ele foi feito não pelo Governo, mas por conta da ausência do Governo – não previu a instalação de equipamentos públicos. Não há espaço para escolas, posto de saúde, centro comunitário, praças.

Então, o Planaltina Parque, além de ofertar 4.972 unidades habitacionais, ofertará 28 equipamentos públicos para atender não só a essa demanda, mas também para atender à demanda desse aglomerado. O Planaltina Parque, nesse quesito, passa a ser uma oportunidade de regularização do Setor Habitacional Mestre D'Armas.

O Planaltina Parque está situado na BR-020. Temos aqui a Região Administrativa de Sobradinho e a Região Administrativa de Planaltina. Faz parte do Plano Diretor de Transportes Urbanos que essa via de ligação seja



incrementada e atendida com um sistema de transporte chamado BRT, que são ônibus articulados que fazem uso de vias exclusivas.

Esse empreendimento faz parte do PAC da Mobilidade, já está contratado, já passou por todas as fases de licenciamento e atenderá transporte de massa moderno e de qualidade, levando a população de Planaltina, Mestre D'Armas e Sobradinho para o Plano Piloto. Assim, do ponto de vista da mobilidade social, da mobilidade urbana, o empreendimento Planaltina Parque mostra-se também uma oportunidade.

O Planaltina Parque ofertará ao conjunto dos seus habitantes e ao conjunto do Distrito Federal uma série de equipamentos públicos, a fim de promover geração de emprego e renda para os próprios moradores que serão atendidos aqui e para aqueles que já moram nas redondezas.

Então, aqui, nós temos uma pequena imagem que demonstra o futuro plano de ocupação do Planaltina Parque. Tudo aqui em volta é a área da Embrapa que não será mexida. Tudo aqui embaixo é área da Embrapa que não será mexida.

Para além disso, volto a dizer, esse hexágono mais claro é a área que tem interferência do empreendimento com a área da Embrapa, que corresponde a 10% do conjunto daquilo que a Embrapa, hoje, ocupa no Distrito Federal. Com relação ao empreendimento, é um empreendimento que 80% dele será para a população de faixa 1 do Minha Casa Minha Vida. Significa dizer, Srs. Senadores e demais presentes, que, de 4.972 unidades que serão ofertadas, 80% delas serão para pessoas que recebem de zero reais a R\$1.600,00 por mês, e que terão subsídios dentro do Programa Minha Casa Minha Vida de até 90%.

Nós estamos aqui partindo de uma cidade, o Distrito Federal, que tinha por mau hábito ofertar como solução de moradia o lote semiurbanizado. Entendam o "semi" muito entre aspas, porque as pessoas recebiam um pedaço de terra, às vezes, com mata nativa do Cerrado, e as pessoas tinham que se virar para fazer daquilo pelo menos um lote com condições de receber um barraco.

Nós estamos falando que vamos atender quem recebe até R\$1.600,00, com apartamentos de dois quartos com 90% de subsídio. É a oportunidade de atacar frontalmente a desigualdade social que existe na cidade do Distrito Federal e de dar oportunidade para a baixa renda de ter acesso ao seu direito inalienável, que a ONU determina como direito humano, que é o direito à habitação.

Na área de Sobradinho e Planaltina, nós temos um cadastro geral de inscritos na Secretaria de Habitação, e a área de Sobradinho e Planaltina tem um déficit habitacional de 45 mil unidades habitacionais – 45 mil homens e mulheres não têm onde morar, ou comprometem mais de 30% da sua renda familiar, ou moram em sub-habitações, habitações subnormais, e terão a oportunidade, parte dessa demanda, 4.972, de ter acesso à moradia, com uma solução de moradia completa, com apartamento, vizinhança, regularidade fundiária, mobilidade urbana e sustentabilidade ambiental, porque o projeto prevê a instalação de parques urbanos que deem sustentabilidade ao empreendimento.



Com relação – ali há alguns detalhes do projeto – à demanda, a grande parte da demanda que virá a ser atendida ali daquele empreendimento já mora naquela região, já bebe água daquela região; portanto, já faz uso da rede de esgotamento sanitário daquela região.

É ingênuo argumentar que se está levando 20 mil novas pessoas para aquela região. As pessoas serão selecionadas daquela região, e lá já estão, e terão acesso à solução habitacional naquela região.

O empreendimento prevê a construção de uma subestação elevatória que recolherá todo o esgoto e levará para a estação de tratamento de esgoto.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. PAULO VALÉRIO SILVA LIMA** – As concessionárias já foram consultadas e já deram o seu parecer pela viabilidade técnica do empreendimento no tocante ao fornecimento da infraestrutura para o empreendimento.

Então nós estamos falando de uma área que pertence ao conjunto da sociedade do Distrito Federal, nós estamos falando de uma área que é malha urbana do Distrito Federal, nós estamos falando de uma área que é Zona Especial de Interesse Social no Distrito Federal, nós estamos falando de uma área que será atendida por um modal moderno e eficiente de mobilidade social, que é o BRT, e nós estamos falando de uma área que representa 10% do conjunto da área ocupada pela Embrapa Cerrados naquela região.

Além disso, o Governo do Distrito Federal – e quero repetir isso publicamente – já disse ao conjunto da direção da Embrapa que pretende dar segurança jurídica, escriturando definitivamente as seis áreas que a Embrapa ocupa e que não têm perfil nem vocação habitacional, além de dar a escritura definitiva de 90% da área daquela região também ocupada pela Embrapa Cerrados.

Esse era o conjunto de informações que eu gostaria de socializar, porque, pelo conjunto das apresentações, para mim, que conheço o tema, ficou a impressão de que toda a área seria removida, o que não corresponde à verdade, de que toda a área seria utilizada, o que não corresponde à verdade. A proposta do Governo é garantir a escritura definitiva de todos os imóveis ocupados pela Embrapa no território do Distrito Federal, que hoje não dão à empresa segurança jurídica.

Eram os meus esclarecimentos.

Muito obrigado.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Pela ordem, eu vou passar a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Ana Amélia, mas antes, eu queria fazer uma pergunta ao Dr. Paulo Valério. Essa área, esse projeto a ser implementado o Planaltina Parque já foi licitado? Qual é a empresa responsável?

**O SR. PAULO VALÉRIO SILVA LIMA** – O.k., Sr. Presidente.



Nós colocamos um edital de chamamento em setembro do ano passado, diversas empresas apresentaram interesse em participar, as duas finalistas eram um consórcio composto por uma empresa de Belo Horizonte e duas pequenas empresas do Distrito Federal, e a concorrente era a empresa que tem construído grande número de unidades habitacionais para a faixa 1, que acabou se sagrando vencedora, a Direcional Engenharia, que acabou de produzir 5.500 unidades do Minha Casa Minha Vida, em Manaus, e que, no Distrito Federal, está produzindo também o empreendimento Paranoá Parque, cujas primeiras unidades inclusive foram entregues. Foram 280 unidades do total de 6 mil. A próxima entrega será nos próximos dez ou doze dias.

Então está a cargo da Direcional Engenharia, que já iniciou o projeto urbanístico, como vocês puderam ver em algumas imagens, e o estudo de impacto ambiental, que está em fase avançada. Só não pode ainda ser concluído porque, infelizmente, os técnicos não estão conseguindo acessar a área.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Muito obrigado.

Eu vou voltar ao tema.

Senadora Ana Amélia.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Pedi esse aparte, caro Presidente Rodrigo Rollemberg, porque o Ministro Aldo Rebelo está na Comissão de Educação, da qual eu sou Vice-Presidente e sou a requerente da audiência. Então, eu quis me manifestar, Dr. Paulo Valério Silva Lima, que representa aqui o Distrito Federal, para dizer que o senhor fez um relatório bastante claro sobre o que aconteceu.

Quero lhe dizer que o senhor abriu a sua exposição falando de um debate apaixonado, efervescente ou do calor de um debate, a que a área política dá uma amplitude maior ainda. Só faltou o senhor dizer que era uma disputa eleitoral, assim ficaria completo.

Vou lhe dizer que de minha parte adotei Brasília, uma cidade que quero muito bem, trabalho aqui há muito tempo, não é esse o meu objetivo. Como disse na primeira manifestação, nós não estamos debatendo entre a relevância de uma ou de outra coisa. Interesse social, habitação é fundamental, é prioridade. O Brasil hoje é um país que está inserido mundialmente num protagonismo de pesquisa e ciência na área da agropecuária, que é reconhecido pelo mundo inteiro. E o braço que levou a bandeira dessa projeção se chama Embrapa. Então essas duas forças são igualmente importantes, relevantes, e nós não podemos nos omitir em relação a isso.

Então, o seu depoimento, o senhor pode falar, eu queria lhe dizer que, de minha parte, estou aqui interessada nesses dois pilares, que é o que o senhor apresenta: habitação social, interesse social e a questão da ciência.

Também penso que não foi justo S. S<sup>a</sup> menosprezar “pequenos laboratórios”, “uma biblioteca”, são só 10%. Parece que aquilo ali vai atrapalhar um projeto maior que tem um interesse – social tem – mas não importa que também se discuta quais os outros interesses que estão atrás dessa cortina



bonita, que é o interesse social. Quais os interesses? Eu não estou levantando suspeitas, mas eu tenho que questionar. Esse é o nosso papel aqui.

Agora, depois do seu depoimento, já está tudo sacramentado. O que o senhor disse aqui é que já está tudo feito e que não tem mais volta. Essa é a conclusão que tenho.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – E agora vai ser feito o estudo de impacto ambiental

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – E eu, então, vou confiar, meu caro Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, tive a honra de com o senhor ter provocado esta audiência pública, que agora tenho confiança ainda maior em duas instituições: o Ministério Público e a Justiça. Eu penso que não há mais, não há mais o que fazer. Não há mais o que fazer em relação a isso. (*Palmas.*)

Vamos continuar debatendo, mas, pelo que disse o Dr. Paulo Valério, são esses dois caminhos que nos restam. Não é um embate entre um grupo e outro, é um embate que agentes políticos conduziram por alguns interesses por um caminho que não deveria ser trilhado. Eu penso que nós temos aqui essa responsabilidade. E agora aproveito a Dr<sup>a</sup> Cristina Montenegro para dizer a senhora que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária confia muito que o Ministério Público mantenha essa posição em relação a esse projeto, porque nós não podemos aceitar aquilo que é desmanchar um trabalho que foi feito. E a nossa pesquisadora apresentou aqui claramente o que representa esse pedaço de terra ali, que agora entrou nessa disputa, eu diria até, sob certo aspecto, incompreensível, incompreensível. E a área debaixo ali, Dr. Valério, foi uma área invadida. O Estado não se fez presente para impedir a invasão daquela área. Ali tudo é uma invasão. Eu passo por ali há mais de 20 anos. E outras áreas. Eu penso que em Planaltina também tenha outras áreas para fazer esse projeto, muitas outras áreas. E por que logo ali? Por que logo ali? Que apelo tem?

Agora, eu faço um apelo para não judicializarmos mais isso. Vamos encontrar uma forma de fazer. Mas se não houver, que seja o caminho da judicialização.

Obrigada, Presidente. Tenho que lá cumprir essa missão em relação ao Ministro Aldo Rebelo. (*Palmas.*)

Lá também temos que discutir que se investiu aqui no DF mais de R\$1 bilhão para um estádio para fazer a Copa, com tantas carências habitacionais, com tantas carências habitacionais. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. É por essas e outras que V. Ex<sup>a</sup> é considerada uma Senadora brasiliense.

Passo a palavra agora ao Luciano Nobrega Queiroga, que é Diretor Extraordinário de Habitação e Regularização Fundiária da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal (Terracap).

**O SR. LUCIANO NOBREGA QUEIROGA** – Sr. Presidente da Mesa, eminente Senador Rodrigo Rollemberg, por meio do senhor, até para gente poder



avançar, eu cumprimento os demais membros desta Mesa; cumprimento os Senadores aqui presentes; cumprimento os meus amigos da Embrapa; cumprimento todas as senhoras e senhores aqui presentes.

Agradeço a oportunidade de estar aqui fazendo parte deste debate. Já viemos a um debate anterior na Câmara dos Deputados. Teremos este e já foi anunciado que teremos um outro debate também. Isso nos alegra, porque prova que todos nós estamos dispostos ao diálogo, a buscar a melhor solução possível para uma questão que se apresenta realmente de extrema importância.

O que foi colocado aqui mostra, digamos assim, o papel da Terracap. Qual é o papel da Terracap? A Terracap é a proprietária da área e convive com duas necessidades extremamente fortes. De um lado, a Embrapa, pela qual a gente tem uma admiração muito grande, e eu, particularmente, porque sou técnico agrícola, sou veterinário e quase agrônomo também. Até porque sou um dos pioneiros lá no oeste da Bahia. Nos idos de 1979, eu estava no oeste da Bahia e vi o que era só Cerrado, digamos assim, indesejado pelas pessoas como área de exploração, em função do trabalho de pesquisa que a Embrapa desenvolveu, se transformar num celeiro lá e em várias regiões de Cerrado no Brasil. Então, temos uma admiração muito grande. Mas, de outro lado, nós temos um Distrito Federal que proporcionalmente apresenta – eu estou falando proporcionalmente – o maior déficit habitacional do Brasil. Ou seja, nós convivemos com uma situação em que nós temos 150 mil famílias que não têm onde morar; vivem ou em barracos alugados, em situações extremamente precárias. Temos um segundo déficit também aproximado de cerca de 150 mil famílias que vivem em situações precárias em áreas que, quem conhece as cidades-satélites de Brasília pode compreender a situação do déficit e a situação das moradias que temos. E ainda temos um outro déficit de mais ou menos cerca de 120 mil de habitações subnormais. E aí vai um déficit no total que chega a cerca de 450 mil famílias sem habitação.

Então, temos de um lado a Embrapa, este ícone da pesquisa nacional e até mundial, e, de outro lado, um ambiente de extrema necessidade, o que mostra a dificuldade nossa, na Terracap, e a expectativa de que a realmente a gente avance com relação a essa questão.

Eu gostaria de reforçar, mas usando as palavras do nosso chefe da Embrapa, o Zé Roberto Rodrigues, a nossa intenção é, sem fazer julgamentos, que a gente possa avançar nessa questão.

O Paulo Valério falou aqui e eu estou agora reforçando, em termos de imagem, aquilo que ele, que me antecedeu, não mostrou. Realmente, sem nenhum demérito, sem nenhum deboche, não é essa a nossa intenção, a nossa preocupação é deixar as coisas o mais claro possível. Ouve-se muito e até a convocação fala em retirar a Embrapa de uma área de 90 hectares em que ela está situada. Mas aqui, concretamente, em termos de imagem, a situação que nós temos hoje é esta aqui: a Embrapa hoje ocupa essa poligonal toda circunscrita em azul, na forma de posse, o que – digamos assim – precisa ser corrigido com o tempo, mas tudo isto aqui é área de posse do Imbrac e a BR-20, uma área



explorada pela Embrapa Cerrado e este outro lado também. E o que se propõe, em termos de projeto habitacional que se apresenta à Terracap, é esta área que está circunscrita, hachurada, ou seja, permaneceria com a Embrapa este lado e todo o lado.

De um lado, nós temos aqui uma área que hoje, pelo PDOT, como foi explicado, é urbana e, do outro lado, onde a Embrapa Cerrado já está, uma área rural, de uso controlado dois. Esta é – digamos assim – a imagem mais elucidativa do caso.

Uma pergunta que se pode fazer imediatamente que também tem sido feita até por outros interessados, além daqueles que estão aqui: "Mas me diga uma coisa: Não há outro lugar para a gente colocar esse projeto habitacional?" Eu posso dizer para os senhores que é possível que a gente encontre outro local para fazer essa discussão e – quem sabe – pensar nesse projeto habitacional. Agora o que nós estamos aqui para fazer é exatamente pensar todas as possibilidades, de forma que a gente tenha uma solução – digamos – mais balizada, mais madura.

Não encontraremos objetivamente nenhuma área no Distrito Federal com essa dimensão para – digamos – aportar cerca seis mil famílias, em que essa área já não esteja, de alguma forma, ocupada, porque a grande verdade é que a omissão do Estado, ao longo dessas décadas, desde a instalação de Brasília, produziu ocupações desordenadas. É difícil hoje... Por exemplo, a Drª Cristina é testemunha conosco aqui de que nós estamos procurando uma área para construir uma escola lá na Fercal, e cada área que a gente vai buscar só para instalar uma escola, de cerca de 2 hectares, 1 hectare, é impossível encontrar uma área, mesmo naquela região, que você chegue e não tenha alguém já ocupando o espaço. Então, a carência da necessidade de resolver o problema, o tempo curto que nós temos para resolver é um fator que trabalha contra nós, que a gente tem que ponderar em termos de solução de um projeto habitacional. Ou seja, objetivamente, quando se escolheram essas áreas, no início de 2011, para que fossem alocados esses projetos habitacionais, em cima do PDOT, que definia o que era área de regularização e área de Habitação de Interesse Social, essa foi uma das áreas. Então, é uma questão que tem que ser ponderada, e aí todo um processo que precisa ser recomeçado.

Para nós, inclusive, da Terracap seria uma busca extremamente difícil encontrar alguma área que disséssemos: esta área não tem ocupação, esta área não tem algum tipo de litígio ou algum tipo de embate pela ocupação da área.

Outra questão que a gente tem que abordar, sobre a qual conversamos bastante com a Drª Cristina, é que a própria questão que se discute aqui sobre o impacto ali em Águas Emendadas, que ficam do outro lado. Mas o Paulo Valério ponderou um fato com o qual a gente corrobora. Aqui, nós temos uma área extremamente desordenada em termos de ocupação. Quando se fala do impacto principalmente sobre os recursos hídricos ou o impacto sobre as Águas Emendas, o que se espera que aconteça, ao contrário, é uma grande racionalidade em termos de uso de recursos hídricos. Imaginem os senhores



como deve ser o consumo de água e de outros fatores, além dos recursos hídricos nessa região, ocupada da forma como foi. Ou seja, o que nós esperamos aqui é provocar uma grande racionalidade em termos de consumo de água principalmente, uma sistematização nesse consumo.

E aí é o seguinte, na verdade, nós não vamos, não há intenção – nós temos 40 mil pessoas cadastradas nessa região –, de trazer pessoas de fora. O cadastro não permite nem trazer pessoas de outra região. O que se pretende é sistematizar melhor, aglomerar melhor e estabelecer melhor, inclusive, as condições de uso.

Outro fator é a questão ambiental. Ela já foi considerada? Sim. Quem conhece o PDOT, o Plano Diretor de Ordenamento Territorial, sabe que ele estabelece as pré-condições de cada uma das áreas. E essa área é considerada uma zona urbana de uso controlado. A partir daí, com suas especificidades, com suas especificações, faz com que se permita, a partir daí, estabelecer um projeto habitacional.

Ao mesmo tempo, consideramos também, lá na Terracap, o seguinte: quando se propõe um projeto habitacional, você chama as entidades, e, nesse caso, foram chamadas cerca de 14 entidades – CEB, Caesb –, todo mundo foi chamado para essa discussão, e aí essas pessoas não estão ali meramente para fazer uma concordância. Elas vêm com os seus trabalhos e dizem em que condições um projeto habitacional se estabeleceria naquela região e de que forma.

Essa é uma discussão – como foi colocada aqui até pelo chefe geral da Embrapa – que não é nova. É uma discussão que vem desde 2008. A gente vem discutindo... Foi a primeira vez que o Distrito Federal pediu... Aliás, até o PDOT definir isso como área urbana, desde 2008 o Distrito Federal pediu a cessão da área para projetos e essa discussão vem desde aquele tempo.

Sei que poderíamos, também, de ambos os lados, ter pensado em alternativas. Conheço, também, a questão da pesquisa. Sei que pesquisa, realmente – concordo com a Embrapa –, não é uma coisa que se abandona aqui e se começa ali. Mas faço até um apelo aos nossos amigos da Embrapa, aos nossos técnicos da Embrapa, que coloquem, também, em que condições. Não que isso já seja uma decisão sobre o que fazer, mas que coloquem e estudem também. Efetivamente, nós colocamos várias contribuições que a Embrapa Cerrado fez, mas quantas dessas contribuições são todas oriundas dessas áreas e quantas dessas contribuições nós poderíamos salvar. Nós temos situações, no Brasil, temos situações, em vários casos, em que foi preciso fazer, por exemplo, novos reservatórios de água, hidrelétricas. E aqui a gente tem de fazer uma série de resgates. Então, não estou aqui dizendo que se faça, mas também acho que os dois lados podem fazer um esforço nesse sentido e verificar, efetivamente, o que a gente poderia fazer ou o que o GDF, inclusive, poderia fazer no sentido de minimizar. No caso de ser inevitável essa colocação, como se poderia minimizar, no que o Distrito Federal poderia ajudar?



Para não me alongar muito, da nossa parte, lá da Terracap, estávamos em andamento com reivindicações da Embrapa por quatro áreas além dessas outras duas aí. Por exemplo, a Embrapa sede continua até hoje em uma ocupação, que era uma das reivindicações – me corrijam se não for verdade – continua até hoje em uma área que não está, digamos assim, sob condição de registro regularizado. A Embrapa Hortaliças, com pouco mais de 490 hectares, na saída para Goiânia, continua também uma área rural que não está regularizada também.

A Embrapa Cenargen e outras áreas da Embrapa que a Terracap se coloca à disposição para que a gente, aproveitando esse limão que temos na mão, no bom sentido, essa situação que nós temos e que Deus nos iluminará para que a gente caminhe para uma boa solução, a Terracap se coloca aqui à disposição para, imediatamente, retomar essa questão da regularização de todas as suas áreas que se encontram ainda, lamentavelmente, não por culpa da Embrapa, mas por culpa dos anos que nós tivemos de, digamos, pouco acompanhamento dessas questões, então, a Terracap se coloca à disposição para que, rapidamente, a gente avance na regularização dessas áreas.

Muito obrigado pela oportunidade, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Muito obrigado, Luciano.

Passo a palavra agora ao Dr. Sérgio Antônio Gonçalves, Superintendente do Patrimônio da União.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Infelizmente eu terei que estar na Comissão de Relações Exteriores, a reunião se iniciou, mas quero cumprimentá-lo pela iniciativa de, juntamente com a Senadora Ana Amélia, colocar essa questão em debate. Eu acho que a exposição da Srª Ieda foi de excelente qualidade, nos mostrou a qualidade do trabalho da Embrapa. Acho que são importantes, obviamente, os projetos habitacionais do Distrito Federal, mas avalio que será importante colaborar para se chegar a um entendimento. Então, acho que o trabalho da Promotoria é muito importante e também o de todos que estão... Não pude ouvir ainda a Srª Helena, Presidente da SBPC, mas quero muito ouvi-los aqui. No entanto, tenho que estar presente, com essa dificuldade de sermos três ao mesmo tempo quase toda terça, quarta e quinta.

Então, peço desculpas, mas eu vou precisar me ausentar para outro compromisso onde tenho que estar presente. Espero que haja uma decisão de preservação do trabalho da Embrapa e de solução para o problema habitacional, tão significativo.

Meus cumprimentos a todos. (*Palmas.*)



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Agradecendo a intervenção do Senador Suplicy, passo a palavra ao Sr. Sérgio Antônio Gonçalves, Superintendente do Patrimônio da União.

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES** – Em primeiro lugar, um bom-dia a todas e todos.

Senador Rollemberg é um prazer, e agradecemos muito a oportunidade de participarmos desta audiência tão importante. Aproveito para trazer os cumprimentos especiais da Ministra de Estado do Planejamento Miriam Belchior e da Secretaria Nacional do Patrimônio da União Cassandra Maroni Nunes.

O Patrimônio da União não tem como missão julgar ou ver quem é o mais importante, se a área habitacional ou a área de pesquisa, e nem teria como, porque são duas políticas do Governo Federal colocadas hoje como importantes. Não há dúvida, no Governo Federal, do que se tem feito nesses últimos anos acerca dos programas no resgate da sociedade, da cidadania, no resgate das políticas de Habitação de Interesse Social. E essa parceria é muito forte com o GDF. Há uma parceira clara e forte com o GDF para essas políticas dentro dos programas do GDF e dentro dos programas do Governo Federal. Como também nesses últimos anos as áreas de ciência e tecnologia – eu também como servidor de carreira há algumas décadas, acompanho os orçamentos da União –, este ano, foram uma das mais poupadas nos cortes históricos, históricos, na área do Governo. Então também não há, no meu entendimento, como um gestor e um servidor, o que se discutir sobre a importância que o Governo Federal está dando para as áreas de ciência, tecnologia e pesquisa, com programas colocados à disposição.

Então, nós não podemos cair numa armadilha, numa falácia da “escolha de Sofia”. Isso não existe. Estou plagiando aqui o que foi dito algumas vezes até pela Secretaria do Patrimônio. Não é isso; não é escolha, não se deve escolher. No País têm que ter as duas políticas, como tem que ter outras políticas também.

O que se tem hoje, aliás, é a nossa missão, missão dada à Ministra do Patrimônio da União é: dentro da sua limitação, porque existem as limitações do Patrimônio da União, estar presente para, da melhor forma possível, em parceria com o GDF, que é muito forte e que existe e há essa boa vontade o tempo todo, e a parceria nas discussões com a direção da Embrapa, onde também fizemos várias reuniões, e já há alguns meses, desde o ano passado, quando eu entrei no Patrimônio da União do Distrito Federal tenho participado de algumas reuniões escutando todos os lados. Mas a nossa função não é nem deve ser essa – repito – não é a nossa missão e nem o povo brasileiro nos deu essa competência para saber quem deve ou não ficar com a área, mas, sim, ver, desses interesses, todos legítimos, qual é o melhor caminho. Para tanto, tem que haver negociação. Isso é natural. Se não houver renegociação e sim



radicalização, alguém perde e alguém ganha, e isso é muito ruim para qualquer lado: o lado habitacional ou para o lado da pesquisa.

Então esse cuidado, essa missão dada ao Patrimônio da União é acompanhar. Esperamos poder estar juntos para ver e colocar alternativas sim. Todas elas podem ter um pouco de perda de alguma coisa? Podem. Porque negociar é esse ato; negociar é essa ciência, porque é uma ciência também, negociar, para que todos possam não se sentir prejudicados, extremamente prejudicados é o que importa hoje. Porque também se extrapolar, o Patrimônio da União em determinado momento não poderá contribuir e sim só aceitar as definições e, na sua área de patrimônio gerencial que é Patrimônio da União, verificar.

Temos uma parceria muito forte, até além de uma parceria, mas também como sócios da Terracap que somos, porque detemos 49% da União, e 51% é do GDF, mas também todo o sistema, com toda nossa diretoria temos assento na Terracap, no Conselho de Administração, então, essa boa vontade – eu quero só expressar – existe de todas as partes: da Terracap, do GDF e do Governo Federal. Existe sim. Claro que em momentos naturais, um pouco mais exaltados ou não, ou defendendo suas teses, porque isso faz parte da democracia e deve fazer, porque quando você acredita e defende deve colocar todo esse amor no que defende, mas nesses momentos existe e deve existir sim. Mas também há um momento, claro, do entendimento, em que chegamos a algumas alternativas para serem analisadas, porque temos que ter alternativas. Não podemos queimar pontes, porque senão não se tem recuo. Isso é muito ruim para qualquer processo, para qualquer um dos dois, principalmente para duas políticas tão importantes quanto elas são.

Então o nosso posicionamento, Senador, é que a gente possa, como Patrimônio da União, acompanhar, ajudar, verificar possibilidades, para que a gente possa construir o entendimento, porque essa é a nossa missão. É essa a missão dada ao Patrimônio. Esperamos, neste momento, contribuir com isso.

Então, já até encerrando a minha fala, quero dizer que – para ficar claro – essa é a determinação da Ministra de Planejamento e da Secretaria do Planejamento, o acompanhamento constante e estar aberto todo o tempo para as possibilidades que possam vir. Elas devem ser estudadas para que nós possamos ter uma saída boa para todos. Essa é a nossa missão.

Senador, assim, encerro a minha fala, porque, tecnicamente, já foi feito pelos especialistas. Não tenho nem o que falar, porque não sou especialista na área de pesquisa, mas dizer desse compromisso do Governo Federal, junto com o GDF, junto com a Terracap, nosso e da Embrapa, de criarmos uma saída importante e benéfica para todas as áreas. Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Muito obrigado, Sergio, Superintendente de Patrimônio da União.

Vamos ouvir agora a nossa última convidada, a Drª Helena Nader, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.



**A SR<sup>a</sup> HELENA BONCIANI NADER** – Bom dia a todos. Senador Rodrigo Rollemberg, obrigada pelo convite para estar aqui. Em seu nome saúdo a todos da Mesa; e na pessoa da Dr<sup>a</sup> Cristina eu saúdo a todas as mulheres da comunidade científica e da sociedade brasileira.

Eu trouxe três pranchas. Se você puder projetar a primeira.

Eu gostaria de começar colocando a Embrapa Cerrados: o papel na ciência e na economia. Mantenha isso, por favor.

Eu gostaria de colocar, Senador, que estou aqui como Presidente da SBPC. Também neste ato eu represento o Prof. Jacob Palis, Presidente da Academia Brasileira de Ciências, da qual também sou membro. Comuniquei a ele que estaria aqui e perguntei se poderia dizer que falo em nome da Academia. Então, a Academia Brasileira de Ciências também está aqui presente. Mas, mais importante é que aqui eu posso representar a sociedade civil, porque não tenho cor, não tenho partido, não tenho religião, eu sou o povo brasileiro e estou aqui pela ciência, que é do povo brasileiro.

Olhando a plateia eu vejo que tem muitos jovens. Eu já estou com 66 anos de idade, tenho tempo estourado de aposentadoria na universidade, mas, por algum motivo que eu ainda não consegui decifrar direito, tenho de continuar trabalhando. Poderia ter me aposentado, poderia ter um segundo salário, mas eu ainda acho que preciso daquele contato com o jovem no dia a dia para discutir e trocar informações. Acho que é isso o que estamos fazendo aqui.

Também gostaria de colocar para os jovens que, eu, pela minha idade, lembro de um Brasil que importava alimentos; eu lembro de um Brasil que não tinha leite, que não tinha queijo; eu lembro de um Brasil que não tinha cereais na mesa, e não faz tantos anos. Eu estou com 66 anos e a minha memória, por mais gênio que eu seja, e não sou, me diz que isso remonta há uns dez anos. Os Estados Unidos doavam alimentos para este País. Houve uma inversão, porque o Brasil tomou a decisão não do hoje versus o amanhã, mas, sim, de apostar no futuro.

Hoje, o que estamos olhando neste debate é uma solução rápida para um problema antigo do País em detrimento de uma aposta que deu certo, que está mostrando para o mundo que o Brasil pode, sim, ser a solução, e é apontado, onde a gente vai, como o País da segurança alimentar. Nós estamos, o Brasil está exportando para a África, com a Embrapa, tecnologias para resolver problemas, por causa de semelhanças de solo, e está podendo adequar, inclusive, uma região. A minha filha trabalhou durante um ano, ela é jornalista e educadora. Por um ano trabalhou em Gana, onde ela pode ver a Embrapa de Gana. Então, o Brasil tem isso. Nós éramos importadores, hoje somos exportadores. A gente só está... E eu queria também trazer isso para esta Mesa.

A primeira escola de agricultura do Hemisfério das Américas foi a escola de agricultura que hoje é a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. É a mais antiga das Américas. Então, a Embrapa nasceu com um história que vem da época de Dom Pedro, das escolas de agricultura. Havia escolas de agricultura,



tem a Esalq. E esse conjunto percebe que tem uma necessidade de criar uma empresa, que tem 42 anos. Essa empresa mudou a economia do País.

Nós só estamos distribuindo renda porque tem uma economia pujante que não é da indústria automobilística, que é da indústria da agropecuária. Eu quero trazer isso. Nós só podemos hoje, com dez anos de uma política que vem sendo feita nacionalmente, discutir, dar habitação, porque hoje nós temos um recurso que não tínhamos antes. Então, o País é pujante numa economia. Nós só viramos sexta, sétima, oitava... depende do dia, quando aquele povo da economia, que eu não entendo, faz a fotografia da colocação do nosso País. O agronegócio... Eu acho ruim o nome "agronegócio", mas essa é a realidade. E isso aconteceu pela aposta na Embrapa.

Não que a Embrapa não dialogue. Ela está dialogando. Ela estará sempre dialogando. Mas ela é a fronteira. A Embrapa é o passado, é o presente e é o futuro. Então, aquela área não é... Para moradia se pode discutir uma outra área. O espaço onde a pesquisa está sendo feita... Pesquisa não é um negócio que você faz do dia para a noite, ainda mais pesquisa na agricultura. Eu não sou dessa área, eu sou da área da saúde. Mas eu estudo para estar à frente dessa sociedade. A gente tem que ter orgulho!

Quem tem pessoas como a Embrapa, tem que ter orgulho neste País. Eu tenho orgulho! Quando eu vou para fora, levo vários diapositivos para mostrar não só a Embraer, que é um orgulho; não só a Petrobras, mas a minha Embrapa, a nossa Embrapa! Então, eu trouxe aqui só três diapositivos, para encerrar.

Pode passar o próximo, por favor.

Aqui. Ninguém... Todo mundo achava... Eu sei que falar depois da lêda é muito difícil como subsídio real técnico, mas eu estou trazendo a visão, agora, da sociedade civil. Ninguém apostava que o Brasil poderia produzir soja da maneira que produz. Quem conseguiu? A Embrapa. E hoje – o meu dado é talvez mais antigo – 20% da produção nacional, que ultrapassa os 50%, a Embrapa Cerrado foi que desenvolveu.

Próximo, por favor.

Mais uma.

Aqui. Fixação de Nitrogênio. O solo que parecia que não dava, com tecnologia totalmente nacional, com a inovação que a nossa Presidenta nos pede sempre, está aí. Quem faz inovação vai ser penalizado? É a pergunta que eu quero deixar como sociedade. A tecnologia de fixar... Sem nitrogênio a planta não cresce. E, com as bactérias, rizóbios, que são fixadores de nitrogênio, nós conseguimos! Nós o povo brasileiro. Está aí. São sete bilhões!

E minha última transparência, por favor.

Isto aqui é só para mostrar números. Isso aí eu peguei... Quando americano coloca esse número... USDA (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos). Eu quero que vocês vejam aí os números. Estados Unidos, Brasil, Argentina, etc., ao longo dos anos. E olhem 2012, 2013 – o dado é de novembro –, em termos de produção de tonelada, o Brasil é o primeiro. De novo



graças à ciência, à tecnologia, à inovação, que está sendo distribuída para os outros, das pesquisas realizadas pela Embrapa.

Então, o que eu gostaria de ver, como cidadã, é realmente se colocar de lado as emoções, como o senhor falou, para se tentar ver aquela área, que é tão pequena mas que impacta violentamente a ciência, que nos levou a poder distribuir renda... Eu torno a insistir nisso. A gente distribui renda, porque tem um negócio, que é uma agricultura e uma pecuária fantástica, que não tínhamos 40 anos atrás.

Leite; a gente recebia leite em pó dos Estados Unidos. Eu sou velha, mas há alguns da minha idade aqui que também se lembram disso. Então, nós temos leite, nós fazemos queijo, nós estamos fazendo de tudo, graças a uma ciência. Porque, enquanto o Brasil tentou adaptar a ciência da agricultura que era produzida no Hemisfério Norte, ele não conseguiu dominar a terra. Foi só quando ele parou para olhar e buscou a sua própria ciência que chegou a essa condição.

Então, eu gostaria de ver uma mesa real de negociação em torno do "manutenção e criar". O senhor colocou "zona especial de interesse social". Eu também coloco o mesmo termo: "zona especial de interesse social": o interesse do povo brasileiro.

Obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Muito obrigado, Drª Helena Nader, que traz aqui a voz da ciência brasileira representando a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e a Academia Brasileira de Ciências.

Eu quero aqui agradecer a presença de todos os pesquisadores, servidores da Embrapa, que nos honram com suas presenças; agradecer a todos os nossos convidados. E quero aqui fazer algumas ponderações e algumas colocações.

Em primeiro lugar, com todo o respeito que tenho ao Paulo Valério, eu quero dizer, Paulo, que...

**O SR. RUBEN FIGUEIRÓ** (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Pela ordem.

**O SR. RUBEN FIGUEIRÓ** (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Nós não ouviríamos a Drª Cristina?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Ela foi a primeira. É porque foi logo no início. Mas eu vou dar a palavra novamente a todos. É que eu quero provocar o debate. Mas se quiser a palavra...

**O SR. RUBEN FIGUEIRÓ** (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Após V. Exª se pronunciar, eu gostaria de me manifestar também.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Perfeito, com alegria. Sei que V. Exª é um defensor da Embrapa.

Mas eu acho que nós não podemos distorcer o foco desse debate. Não dá para querer passar a imagem, porque ela não cola, de que alguém aqui possa ser contra. Percebo a importância de termos programas habitacionais para



a população de baixa renda. A questão não é essa. Todos aqui somos favoráveis. Eu sou favorável. Sou favorável ao programa Minha Casa Minha Vida. Então, a questão não é essa.

Mas também nós não podemos menosprezar a inteligência dos Senadores no sentido de achar que um empreendimento com cinco mil novas famílias não vai ter nenhum impacto sobre a questão da água ou sobre a questão do esgotamento sanitário e que as pessoas serão as mesmas que estão ali do lado e que vão morar ali. É menosprezar a inteligência. Até porque, se fosse assim, não haveria déficit habitacional. E a gente sabe que há um déficit habitacional e há um déficit de qualidade.

Então, não é essa a questão que está sendo colocada aqui. Ela é uma questão secundária neste debate, embora importante: qual é o impacto que mais um núcleo habitacional ali vai ter sobre a Estação Ecológica de Águas Emendadas, local em que temos uma nascente de duas grandes bacias hidrográficas brasileiras.

O que está colocado aqui é o fato de o Governo do Distrito Federal estar elaborando um projeto habitacional – já existe uma empresa escolhida, licitada – para ser instalado em uma área na qual há mais de 30 anos se realizam pesquisas com toda uma série histórica importante para tais pesquisas. Aí impressiona-me, Paulo, com todo respeito, pois me parece querer menosprezar dizer que são apenas 10% da área ocupada pela Embrapa Cerrado. Dez por cento podem ser muito pouco e dez por cento podem ser muito! O Chefe-Geral da Embrapa Cerrado referiu-se a 20% da área de pesquisa da Embrapa, porque ali há as áreas de preservação, as de reserva legal, as de preservação permanente. Ali é área de pesquisa.

Toda vez... No mapa que você mostrou, ao lado existe uma área preservada e que está sendo utilizada, pois ali estão sendo realizadas as pesquisas. É importante registrar que a Embrapa ofereceu a área ao lado, contígua à Embrapa e contígua ao Mestre D'Armas para ser utilizada pela Secretaria de Habitação, inclusive com equipamentos públicos para a população de Mestre D'Armas. Para o quê? Dando-se os anéis para não serem dados os dedos, por quê? Porque a riqueza é aquela área, Senador Ruben Figueiró, pois ali estão sendo desenvolvidas as pesquisas.

A lêda me impressionou e me emocionou muito com sua apresentação, com o seu comprometimento como pesquisadora, em função de todas essas questões que Helena traz ao debate, ao mostrar umas figuras como uma régua em que aparecia o solo, sua textura, sua profundidade, como o solo reage a determinadas intervenções humanas... Isso tem uma série histórica! Se isso for ser realizado... Se a Secretaria de Patrimônio da União ou a Terracap disser: "Agora, nós lhe daremos essa área." Ela vai ser importante, mas perderemos 35 anos de pesquisa! As pesquisas estão sendo realizadas ali! Ali que estão sendo realizadas as pesquisas.

É importante registrar, e eu gostei muito dessa comparação que a Helena faz de que ali é uma área de altíssima relevância e interesse social para



esta e para as futuras gerações, pelo que aquilo representa. Há a questão da contabilidade – quando da apresentação da Helena –, de R\$7 bilhões que ganhamos com o aumento da produtividade, com a fixação de nitrogênio. A lêda traz números extremamente relevantes sobre o que significa a produção agropecuária no Brasil a partir de pesquisas desenvolvidas pela Embrapa Cerrados e a partir de experimentos realizados naquela área e não em outra. Ali foram desenvolvidos pequenos experimentos; antes em laboratório, para depois serem testados ali, naquelas condições. Agora estão sendo testadas outras, que é a questão da qualidade das pastagens e a questão da produtividade do rebanho. Esses experimentos poderão ser utilizados para outras coisas no futuro em função do acompanhamento do que se faz com o solo.

Aí, Paulo, o que me parece, quando me referi no início, é que essa questão tem me indignado. Existe uma visão – vou repetir a expressão – tacanha, pequena, de quem não tem uma perspectiva de futuro e de perceber o que significa isso, o que significam aquelas pesquisas que estão sendo desenvolvidas ali. Não é apenas a questão econômica. A questão econômica é muito relevante, mas não é só. Por exemplo, com a Embrapa Cerrados, pelas informações da lêda, ali houve um componente, com participação importante naquela área, que se desenvolveu... Há uma pesquisadora reconhecida mundialmente, Johanna Döbereiner, que desenvolveu a bactéria fixadora de nitrogênio no solo, o rizóbio. Isso é um feito científico. Talvez a Johanna, quem sabe, um dia, ainda vá receber um Prêmio Nobel, em reconhecimento da magnitude do que isso representa.

**O SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES PERES** – Ela foi indicada.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – O Peres está me dizendo aqui que ela foi indicada.

Primeiro, pelo que significa do ponto de vista de economia. O Brasil é um grande importador de nitrogênio. Isso tem um custo altíssimo na agricultura brasileira. Essa descoberta permitiu um aumento de produtividade enorme no País afora.

E hoje se está pesquisando – sei isso porque, como Presidente do Fundo Setorial do Agronegócio, ajudei a financiar pesquisas nesse sentido – também bactérias fixadoras de nitrogênio para as gramíneas, principalmente cana-de-açúcar, o que tornará também a nossa cana-de-açúcar extremamente produtiva. Então, vejam a importância do que isso significou economicamente, mas é mais do que isso.

Hoje, um dos grandes problemas da humanidade – e comecem a perceber a importância que aquela pequena área, aqueles 10% da área, tem para a humanidade –, um dos grandes desafios das mudanças climáticas é a redução das emissões. E a incorporação de nitrogênio, dessa bactéria incorporadora de nitrogênio, reduz substancialmente as emissões. Isso está no programa como um dos grandes desafios. Portanto, reduzindo as emissões, reduz os impactos da agricultura no aquecimento global.

Mas vou mais, para mostrar a importância desses 10% dessa área para a humanidade.



Na Rio+20, tive o privilégio de assistir a um debate muito emocionante sobre oceanos. Se alguém esteve lá vai entender o que estou falando. Uma pesquisadora, bem idosa, cujo nome não vou saber, começou a sua apresentação falando que ela tinha vindo de outro planeta. Ela começou a descrever o planeta de que tinha vindo para mostrar que hoje estávamos vivendo em um planeta completamente diferente, e os dois planetas eram o Planeta Terra. Mas ela se referia à acidificação dos oceanos e que esse processo – se eu estiver enganado, por favor, corrijam-me, porque aqui está cheio de cientistas; olhem o risco que estou correndo aqui nesta mesa – começa com a questão do nitrogênio, a lixiviação do nitrogênio da agricultura, que vai para os córregos, que vai para os rios, que vão para os oceanos. E isso está produzindo um processo de acidificação dos oceanos, com um impacto ambiental monumental – monumental!

E os 10% do Cerrado brasileiro, graças à dedicação da pesquisa científica, do desenvolvimento científico e tecnológico, estão contribuindo – não irá contribuir; está contribuindo – para buscar a resolução de problemas desse tipo.

Então, vejam: eu tenho a impressão de que ninguém teve tempo – ou o Governador não teve tempo ou o Deputado Magela, como Secretário de Habitação, não teve tempo – de ver uma apresentação desta. Eu gostaria muito de solicitar que uma apresentação da Ieda fosse feita ao Governador do Distrito Federal e ao novo Secretário de Habitação, Deputado Magela, para saber se eles continuariam com essa ideia de fazer o que querem fazer ali, porque acho que eles não estão percebendo. O Magela me falou que aquilo era uma fazenda de gado. Ele falou assim: "Não. Ali tem vaca." E não percebe que estamos tratando de outra dimensão completamente diferente.

Mas quero trazer outra questão para este debate. Foi falado que ali o Plano Diretor de Ordenamento Territorial determinou que aquilo é uma área urbana, área de relevante interesse social. Tudo bem. Agora, existem várias outras. O Distrito Federal tem várias outras áreas que podem contemplar um empreendimento como esse, mas é bom lembrar: perdeu até de 2009, Caixa de Pandora. Vocês se lembram da Caixa de Pandora? A origem da Caixa de Pandora foi o Plano Diretor de Ordenamento Territorial. Todo mundo sabe, a Câmara Legislativa sabe, alguns Deputados já foram condenados, estão inelegíveis, em segunda instância, em função de Caixa de Pandora. Então, é importante fazer essa observação em relação a isso.

E eu quero, para concluir, não quero me alongar, para passar, novamente, a palavra para os demais inscritos, dizer ao Luciano Nobrega Queiroga, representante da Terracap, que é estranha a Terracap nas suas observações finais a respeito da regularização fundiária da Embrapa, porque esse é um processo que cabe à Terracap fazer. E por que não fez? Vamos fazer.

Tudo bem, já foram perdidos aí quatro anos, não foram feitos, mas vamos fazer agora. É importante, porque é para preservar, para que, no futuro, nós não precisemos perder o nosso tempo com debates como esse, porque as áreas de relevante interesse científico e tecnológico, as áreas de relevante interesse social, em função da ciência e tecnologia, estarão preservadas da sanha



– muitas vezes – da especulação imobiliária travestida por uma cortina, como disse a Senadora Ana Amélia, do interesse social.

Portanto, eu quero concluir fazendo esse apelo. Eu ainda tenho esperança de que o bom senso prevaleça, que o Ministério, que o Ministro da Ciência e Tecnologia... Eu tinha ligado, anteriormente, para o Ministro Marco Antonio Raupp. Eu vou procurar, novamente, esse Ministro da Ciência e Tecnologia. Eu gostaria de sugerir, Helena, a você, como Presidente da SBPC, que procurasse, que levasse, transmitisse... Nós vamos fazê-lo também, através de documento, mas que levasse ao Ministro da Ciência e Tecnologia a nossa preocupação; levasse ao Ministro Aloysio Mercadante, que foi Ministro da Ciência e Tecnologia, a nossa preocupação, para tentar conter essa ação, porque me desculpem a expressão que eu vou utilizar, mas é um crime! Eu considero que nós... Se o Governo do Distrito Federal perpetrar, for em frente com isso, estará cometendo um crime! Não é apenas um crime contra a população do Distrito Federal, é um crime contra a população brasileira. É um crime contra a segurança alimentar, pelo que representa a Embrapa Cerrados e pelo que representa aquela área, aqueles 10% para o desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro.

E passo a palavra ao Senador Ruben Figueiró. (*Palmas.*)

**O SR. RUBEN FIGUEIRÓ** (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Sr. Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg; senhores expositores, eu quero inicialmente me dirigir à Srª Helena Bonciani Nader.

V. Sª se referiu, aí, à sua idade. Eu quero dizer-lhe que, há muitos anos, eu li um pensamento de um sociólogo americano que dizia que não se envelhece com o passar dos anos, mas, sim, pelo abandono dos ideais. A senhora me parece que tem 63 anos – 66, é porque eu tenho problema auditivo, eu rejuvenesci a senhora em três anos. Eu tenho 83 e me sinto, ainda, jovem, porque juventude é esse idealismo que a senhora demonstrou aí, e eu procuro, insistente, na minha idade, também mantê-lo. Portanto, todos nós somos jovens, tão jovens quanto os que estão aqui nos aplaudindo.

Eu venho de um Estado, Mato Grosso do Sul, em que, no passado, a atividade principal era a pecuária. Mas com o tempo, as suas terras pastoris foram devastadas. Quem as recuperou? A Embrapa.

Da pecuária, nós passamos para a agricultura da soja, do milho, do algodão. E hoje nós somos o terceiro ou quarto produtor de grãos do País e estamos oferecendo, como V. Sª afirmou, condições para que o Brasil mantenha na pauta das exportações uma posição de privilégio. E hoje somos o maior produtor de soja do mundo.

V. Sª significou tudo isso aí porque representa uma contribuição de caráter econômico, não resta a menor dúvida, mas sobretudo de aspecto social. Sobretudo.

Eu ouvi as explanações dos expositores, alguns inclusive falando com uma paixão contida. Evidentemente que nós Parlamentares, aqui somos a voz do povo, temos que nos manifestar de acordo com o que povo pensa e deseja, como fez o Senador Rodrigo Rollemberg e como fez a Senadora Ana



Amélia. Temos que respeitar o ardor das suas palavras e refletir muito sobre elas. Os homens, os técnicos precisam entender disso. Aqui é a Casa do povo, aqui temos que dizer o que o povo pensa e não os que os técnicos desejam nas janelas envidraçadas da Esplanada dos Ministérios. Isso disse – quero dizer a V. S<sup>as</sup> – o Presidente Dutra em 1950, que não se o governa o Brasil das janelas envidraçadas da Esplanada do Castelo. E hoje eu falo dessa Esplanada dos Ministérios, aqui.

Então, eu gostaria que as pessoas respeitassem a voz do Parlamentar, porque a voz do Parlamentar é a voz do povo. Mas o que nós precisamos agora é sentar e analisar com prudência como é a sugestão do Sr. Sérgio Antônio Gonçalves, que aliás tem 51%... 49% dos interesses. Aliás, o Distrito Federal, comprehendeu, é também produto da contribuição da Nação brasileira. A nossa contribuição para o erário de Brasília é substancial. E vem de onde? Vem das nossas riquezas do interior, dos nossos bolsões de produtos do nosso imenso País. Mas é preciso que haja prudência, é preciso que haja respeito.

Eu entendo, Sr. Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, que a presença da Presidência da República é importante nessa questão, porque tanto o Distrito Federal como os órgãos do Governo Federal, como é a Embrapa, têm que se submeter a uma ordem maior que deve partir da Presidência da República. Talvez partirmos para uma judicialização não seja o caminho ideal, porque isso inclusive demandará tempo. As posições estão postas aí de uma forma, creio, que muito consolidada, então, precisamos que uma autoridade maior que veja de uma forma global a solução do problema e a ela interfira e dê a sua solução.

Eu gostaria de dizer que no meu Estado de Mato Grosso do Sul mais ou menos um terço da sua área é de cerrados, e hoje todo ele em franca produção. Portanto, é de extrema importância que nós mantenhamos a Embrapa Cerrado daqui, porque é daqui que partem as sementes que vão produzir lá no meu Estado, em todo o Centro-Oeste e, hoje, em todas as projeções que vi aqui, chegam até ao leste do Estado do Pará. É imensa a área. Talvez nós ocupemos hoje mais do que dois terços do território nacional na produção de grãos, que trazem, repito, a riqueza desta Nação.

Quero finalizar dizendo aos senhores, eu anotei aqui, que não se deve destruir árvore que gera frutos. A Embrapa gera frutos. Por que destruí-la? Por que destruir a célula *mater* da Embrapa Nacional, que é a Embrapa Cerrados?

Gostaria que os Srs. Luciano Nogueira e Paulo Valério de Silva Lima, cujas posições se antagonizam a nossa, mas por respeito aos senhores, ao princípio de cidadania que V. S<sup>as</sup> representam aqui, que pensem bem, que não vejam só o interesse valioso de se implantar um núcleo habitacional em Planaltina, mas que vejam o interesse nacional com o qual o Distrito Federal tem uma responsabilidade muito grande, porque aqui está a matriz da nossa consciência.

Meus respeitos aos senhores, com as observações que me permitiu fazer, que não são nada pessoais, mas representam um sentimento que parte do



meu íntimo. Não destruam a Embrapa. A Embrapa hoje é a excelência do desenvolvimento econômico e tecnológico de nosso País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Obrigado, Senador Ruben Figueiró, por suas palavras.

Vou passar a palavra agora para todos os membros da Mesa, dando um tempo de cinco minutos, para que possam fazer suas considerações.

Passo inicialmente a palavra à Drª Cristina Montenegro, Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural.

**A SRª CRISTINA RASIA MONTENEGRO** – Gostaria que ficasse bem claro aqui para todos que o Ministério Público está presente em todas essas reuniões, porque acreditamos realmente que o Governo do Distrito Federal tem bom sendo e tem inteligência para discutir o projeto. Se não acreditássemos nisso, já estaríamos judicializando essa discussão.

Por que acreditamos nisso? Porque, em várias outras ocasiões, já demonstramos para o Distrito Federal, em sede judicial, os erros que eles cometem em implantação de projetos assoberbados. Em alguns outros momentos, através de discussões, como esta que estamos fazendo aqui no Senado Federal, o Distrito Federal refez, reformulou, reapresentou projetos na área habitacional.

Então, acreditando no bom senso do Governo do Distrito Federal, estamos aqui para conversar. O que causa um pouco de espanto para gente do Ministério Público são duas ausências muito sentidas aqui, do Ministério da Ciência e Tecnologia, que o Senador já apontou, e da Presidência da Embrapa Nacional. Esses são dois atores fundamentais que deveriam estar aqui desde o começo dessa discussão, inclusive para subsidiar melhor essa discussão.

Causou muito espanto, está aqui o superintendente de Patrimônio da União que participou da reunião da Terracap, que revogou o termo em que estava sendo feita a...

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES** – Perdão, é uma questão de esclarecimento...

**A SRª CRISTINA RASIA MONTENEGRO** – Mas é importante isso.

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES** – Um esclarecimento, o Patrimônio da União participa do Conselho de Administração, que não foi quem revogou. Quem revogou essa questão foi a Diretoria Colegiada da Terracap, na qual o Patrimônio da União não tem assento.

**A SRª CRISTINA RASIA MONTENEGRO** – E também não se manifestou até que essa situação chegasse ao ponto que chegou, ou seja, a Superintendência do Patrimônio da União, que tem responsabilidade com o Distrito Federal, infelizmente, até o presente momento, foi silente.

É isso que estou colocando aqui como Ministério Público. Ou seja, não precisa judicializar, se todas as agências cumprem o seu papel. Esse é o ponto. A Caesb, infelizmente, no Paranoá Park, e o Paulo e o Dr. Luciano, da



Terracap, sabem disso, quando autorizou o empreendimento Paranoá Parque, foi expressa e disse: não pode haver adensamento populacional no Paranoá, salvo depois de colocar sistema produtor de água do Paranoá, salvo depois de incrementar a estação de esgoto do Paranoá. Isso já aconteceu? Não aconteceu. Como está sendo feito o Paranoá Parque? Está sendo feito com poço artesiano. Quer dizer, na Capital da República, há abastecimento de água com poço artesiano. Água subterrânea é o último recurso que temos de usar, e já estamos usando. E isso porque foi entregue parte do empreendimento.

Então, temos que tomar muito cuidado. E é essa a nossa preocupação como Ministério Público, porque entra governo, sai governo, o problema ambiental vai ficar. E é esse passivo ambiental que a gente está deixando. Não é só construir, levantar parede de tijolo. É mais do que isso. Dignidade – eu concordo com o Sr. – dignidade de moradia é fundamental, mas a gente tem que dar realmente essa dignidade de verdade.

Então, fazer o Paranoá Parque hoje com poço artesiano é uma irresponsabilidade. E a gente está perguntando agora: quem são os responsáveis? São as mesmas agências que deram os pareceres favoráveis para o Planaltina Parque. Uma falta de visão sistêmica completa.

Quando se fala, quando se defende aqui o plano de ordenamento aqui do território – bem lembrado, feito ainda sob o manto da Caixa de Pandora...  
(*Soa a campainha.*)

**A SR<sup>a</sup> CRISTINA RASIA MONTENEGRO** – ... a gente esquece que isso só poderia ter sido feito depois do zoneamento ecológico-econômico. O zoneamento ecológico-econômico é um instrumento que vai apontar essas fragilidades para o gestor público poder tomar melhor a sua decisão.

No Distrito Federal, a gente gasta milhões em estudos, diagnósticos e consultorias e não usa, não aplica. Então, a gente não tem, até hoje, aqui, zoneamento ecológico-econômico, por isso o nosso plano diretor é essa maluquice, que permite situações absurdas, como a que a gente está vivendo aqui, de ter que vir aqui no Senado Federal defender uma empresa, como bem lembrou aqui o Senador, que produz bons frutos. A gente está defendendo aqui o óbvio e dói no coração do Ministério Público ter que fazer isso. Por quê? Porque era o GDF que tinha que estar dando medalha para a Embrapa Cerrados.  
(*Palmas.*)

Eu prometo que vou falar rapidinho só mais uma "coisinhas". Quando a gente fala zona urbana *versus* pesquisa, isso é um falso dilema. Se a gente começar a realmente acreditar que você, em zona urbana, não pode ter atividade de pesquisa, o que vai acontecer com a nossa UnB? A gente vai também azulejar a UnB e fazer assentamento lá? Porque tem... Você está cheio de laboratórios de pesquisa fazendo água limpa dentro de áreas urbanas.

Então, vamos pensar seriamente no que nós estamos querendo para a nossa Brasília. Não existe essa incompatibilidade total, como se está querendo mostrar. Essa incompatibilidade existe porque foi desrespeitado um pré-requisito, que é no estudo prévio de impacto ambiental – é por isso que o nome diz "prévio"



– você tem que dar opções locacionais. Ou seja, no próprio estudo, você tem que dizer: "Olha, pode ser tal área, pode ser tal área, pode ser tal área". E não como está sendo feito agora, um estudo justificador numa decisão política já tomada, como a gente viu agora nessa audiência pública.

(*Soa a campainha.*)

(*Palmas.*)

**A SR<sup>a</sup> CRISTINA RASIA MONTENEGRO** – E as duas últimas coisas que eu vou falar bem rapidinho, eu sei que já tocou duas vezes, é o seguinte. Primeiro, a gente não pode esquecer que a Embrapa não estar sendo regularizada é uma vergonha para o Distrito Federal. Eu acho que não poderia nunca ter sido levantado isso aqui. (*Palmas.*)

E o senhor desculpa, Doutor Luciano, se eu entendi errado, mas pareceu até uma ameaça à Embrapa aqui: "Olha, se vocês não fizerem isso, eu vou fazer aquilo". Porque vocês estão irregulares. Eu espero ter entendido mal a sua fala, eu espero ter entendido atravessado isso. Mas o Distrito Federal já deveria ter regularizado a – e todas as Embrapas – porque é um orgulho para o Distrito Federal o que nós conseguimos produzir aqui.

E a última coisa que eu gostaria de falar para todos vocês é que, assistindo a essas apresentações da Secretaria Fundiária, e dizem é só 10%, é só 10%. Eu não consigo parar de lembrar de *O Mercador de Veneza*, essa famosa obra de Shakespeare. O que ele pedia? Ele pedia só uma libra de carne do coração. Era pouquinho que ele estava pedindo.

Então, nós não podemos entrar nessas tragicomédias aqui no Distrito Federal. Shakespeare deixou uma linda mensagem para a gente. Vamos lembrar que 10%, sim, pode matar. Uma libra de carne, sim, teve o poder de anular aquele contrato abusivo que ele tentou fazer.

Muito obrigada, Presidente. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Muito obrigado. Agradeço a presença e a participação da Doutora Cristina Montenegro, representando o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Passo a palavra agora ao Doutor Peres, Chefe-Geral da Embrapa Cerrados.

**O SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES PERES** – Vou ser breve. Acho que quase tudo, tudo já foi falado. Eu só queria deixar aqui claro que o propósito da Embrapa foi de trazer as informações que justificam a importância estratégica daquela área para continuarmos fazendo pesquisa na Embrapa Cerrados. O Presidente Maurício pediu que eu colocasse de maneira clara que a Embrapa está aberta ao diálogo. Nós queremos conversar e buscar alternativas, para que a gente encontre soluções que contemplam a todos, sem radicalização. Mas pensar seriamente e decidir com conhecimento de causa em função das informações colocadas aqui.

Quero dizer à Dr<sup>a</sup> Cristina que o Dr. Maurício nos deu plena liberdade para representá-lo aqui e trazer informações para que o diálogo fosse estabelecido, e com a capacidade, inclusive, de decisão, se fosse necessário, em nome dele.



Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Muito obrigado, Dr. Peres, Chefe-Geral da Embrapa Cerrados.

Vamos ouvir agora o Dr. Paulo Valério Silva Lima, Subsecretário de Regularização da Secretaria de Estado da Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano do GDF.

**O SR. PAULO VALÉRIO SILVA LIMA** – Eu gostaria de agradecer a oportunidade de trazer o ponto de vista da Secretaria de Habitação do Governo do Distrito Federal.

Quero aproveitar também a oportunidade para informar ao Ministério Público que os postos artesianos do Paranoá Park foram outorgados pela Adasa, conforme previsto na legislação federal e local. Então, se a legislação está incorreta ou se o processo que levou às outorgas é correto, os órgãos que fazem essa análise – que não sou eu – devem proceder-lhe.

Para além disso, quero lembrar – e aí fazendo uso das palavras do Senador Rodrigo Rollemberg, que preside esta audiência – que efetivamente não dá para distorcer o objeto da discussão. Não se está aqui colocando em dúvida a importância da Embrapa ou o mérito de todo arcabouço científico gerado e de que maneira isso impacta a agricultura brasileira. Não é esse o debate que está colocado. Estamos debatendo especificamente uma área em que há um instrumento pactuado com a sociedade.

Embora esteja aqui representada a sociedade, ela não está em sua totalidade. Há uma parte da sociedade que não está aqui dentro. Há os movimentos sociais de luta pela moradia que não estão aqui representados. O movimento de desenvolvimento urbano não está aqui representado. Diversos movimentos que lidam com a área do setor produtivo especificamente da construção civil não estão aqui representados.

Então, são nuances que precisam estar apontadas no debate para que ele se torne mais democrático, sob pena de fazermos um debate incompleto.

Do ponto de vista dos escândalos que envolveram o PDT, que está em vigor, eu prefiro não julgar o mérito, porque eu acho que quem vai fazer isso é o Judiciário. Diversas matizes e tonalidades políticas foram envolvidas. Alguns, inclusive, estão querendo voltar ao Governo agora. E houve dinheiro encontrado em todo lugar, inclusive em jardins.

O dado concreto é que, em que pese o escândalo que abalou o Distrito Federal, o Ministério Público disse, naquele instrumento que foi colocado em dúvida, quais eram os que tinham problema. E levados ao Poder Legislativo do Distrito Federal, aqueles apontados pelo Ministério Público foram corrigidos.

E considerando-se que depois disso não houve mais manifestações em contrário, é o Plano Diretor de Ordenamento Territorial que está em vigor. E ele diz que há uma área de interesse social para oferta de habitação de interesse social no Distrito Federal, e o Governo do Distrito Federal entendeu por fazer uso dessa área para combater o déficit que torna Brasília uma das cidades mais desiguais do Brasil.



Para além disso, há que se considerar, finalmente, que...  
(Soa a campainha.)

**O SR. PAULO VALÉRIO SILVA LIMA** – ... todos os nossos editais de chamamento foram submetidos ao Tribunal de Contas e foram considerados válidos e viáveis, razão pela qual as cem mil unidades ofertadas estão em início de obra em todo o território do Distrito Federal.

E o EIA/RIMA, que é o estudo de impacto ambiental de cada um dos empreendimentos, fez parte do escopo dos editais de chamamento que foram aprovados pelo Tribunal de Contas.

Então, eram as minhas considerações. Mais uma vez agradecendo pela oportunidade dos esclarecimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Agradeço ao Sr. Paulo Valério, com sua presença representando o Governo do Distrito Federal.

Lamento não ter focado efetivamente na questão da importância da área para pesquisa e quero apenas registrar que se há alguém aqui que representa a população do Distrito Federal é aquele que foi eleito pelo voto popular.

Passo a palavra ao Sr. Luciano Nobrega Queiroga, Diretor Extraordinário de Habitação e Regularização Fundiária da Terracap.

**O SR. LUCIANO NOBREGA QUEIROGA** – Srs. Senadores, eu até iria declinar da minha palavra, mas como é difícil e complicada a comunicação e o quanto temos que corrigi-la e medir cada palavra que utilizamos.

Surpreende-me extremamente que, ao final da fala, a gente abra, digamos assim, e se coloque totalmente disponível para ajudar e contribuir o máximo possível a instituição, no caso a Terracap, para resolver as questões fundiárias e registrárias, que são imensas – e a Embrapa está dentro disso – e isso possa ser interpretado como uma ameaça.

Pelo amor de Deus. Que ameaça, gente? Desculpe-me, Drª Cristina, mas o que fiz foi abrir meu coração e dizer: "Estamos aqui como um soldado, para ajudar." Não sei como isso pode ser entendido como uma ameaça.

Gostaria de dizer também, Senador, que estamos aí. O senhor pode até ver. A Diretoria Extraordinária de Habitação e Regularização Social é uma diretoria, digamos, de vida curtíssima. Começou a funcionar há alguns poucos meses com sete funcionários, mas passou a existir exatamente a partir do momento em que o Governo do Distrito Federal percebeu que a questão da regularização deveria receber um cuidado muito maior do que efetivamente a Terracap a ela vinha dedicando.

O senhor conhece, ao longo do tempo, o papel que foi dado à Terracap; ao longo desses anos todos de sua existência. A Diretoria de Habitação e Regularização Fundiária da Terracap veio exatamente para tentar suprir essas lacunas que permitem, que permitiram, por exemplo, que a Embrapa ficasse, como um ente tão importante, com suas áreas – chamamos tecnicamente – irregulares.



Mas a nossa intenção, na Diretoria de Habitação e Regularização Fundiária da Terracap, é realmente, agora, dar um impulso maior a essas questões. Isso significa também que estamos sob a égide das leis, ou seja, a Terracap tem duas leis que são extremamente fortes. A Lei nº 3.807, no seu art. 6, estabelece que é obrigação da Terracap ceder as suas áreas de interesse social, de habitação de interesse social ao Governo do Distrito Federal, e a Lei nº 4.020 repisa, no seu art. 16, esta questão. Ou seja, não há a possibilidade de não doar as áreas de habitação de interesse social. Aliás, a Terracap nem sequer tem a possibilidade de comercializá-las; elas são obrigatoriamente destinadas à habitação de interesse social e devem ser colocadas, quando requeridas, a serviço dos projetos habitacionais.

Mas há o lado da regularização. E, aqui, o Dr. José Roberto Rodrigues, os amigos que estão aqui representando a nossa Embrapa... Estamos, desse minuto em diante, totalmente disponíveis para desenvolver esforço no sentido de que avancemos nessa questão da regularização das áreas da Embrapa.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Muito obrigado, Dr. Luciano, representando aqui a Terracap.

Agora vamos ouvir o Dr. Sérgio Gonçalves, Superintendente do Patrimônio da União.

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES** – Senador Rollemberg, em primeiro lugar, eu quero aqui me desculpar com a Dra Cristina por ter interrompido a fala dela, porque eu deveria ter aguardado o meu momento de falar. Então eu peço desculpas.

Os meus comentários são para reafirmar o processo do Governo Federal como patrimônio da União, dos interesses dos entes da União. A Embrapa é um ente da União também. Então, temos que cuidar disso tudo.

Temos um parceiro fundamental e importante que é o GDF; também, um parceiro de políticas públicas importantes e de avanços sociais importantes. Temos uma parceria de sociedade com a Terracap, pela importância histórica que isso tem para o desenvolvimento do Distrito Federal. Então, a nossa função é, aqui, chegar a um bom termo. E o bom termo significa que as partes possam se sentir confortáveis para que as políticas possam seguir.

Eu também queria, só para fechar, colocar algumas coisas que são mais técnicas e são importantes, até para a compreensão mesmo. Aí, eu vou reafirmar o que eu falei um pouquinho antes.

A União tem 49% da Terracap e, com isso, tem assentos no Conselho de Administração com um número determinado, proporcional aos seus 49%, e trata de assuntos específicos de que o Conselho de Administração trata – que não são todos. A Terracap tem a sua vida natural, os seus diretores colegiados, que tratam de vários assuntos que são inerentes à administração do dia a dia da Terracap.

Então, é só para reafirmar que aquela resolução existia antes. O processo – já vem de alguns anos o processo de regularização das seis áreas da



Embrapa que ainda estão em nome da Terracap – já existe; não é de agora. Esse é um processo de 2008.

Às vezes, também, não é tão fácil – como gostaríamos – regularizar, porque nós também temos problemas cartoriais, problemas de registro, problemas de litígio. Antes fosse fácil registrar as terras no território do Distrito Federal.

Independentemente disso, há um procedimento, sim, do qual havia uma resolução da diretoria da Terracap, a qual a própria diretoria, dentro do seu âmbito de legalidade revogou – até a prova em contrário, porque, aí, é uma outra esfera – e fez uma resolução nova.

Mas nós – só para ficar claro –, o Patrimônio da União no DF, temos ofícios anteriores – e meu também –, reafirmando o interesse da Embrapa em regularizar as terras.

Então, Drª Cristina, dentro das possibilidades administrativas, as que são possíveis de serem feitas são feitas. E dentro de um processo natural de negociação, porque, também, a Terracap tem que seguir suas leis; tem suas preferências e suas obrigações de colocar. Então é só um esclarecimento um pouco mais técnico.

E agradeço mais uma vez ao Senador Rodrigo Rollemberg pela oportunidade de estarmos aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Muito obrigado, Sergio, pela sua colaboração.

Eu fiquei com uma dúvida aqui que eu preciso esclarecer – eu peço desculpas – antes de passar a palavra para a Drª Helena.

Efetivamente havia uma decisão do Conselho Administrativo da Terracap, da Diretoria Colegiada da Terracap para proceder à regularização das áreas da Embrapa. E essa decisão foi modificada em que instância? Foi revogada em que instância, na mesma instância?

Eu só gostaria de aproveitar a presença do Dr. Luciano para perguntar o que motivou a modificação dessa decisão.

**O SR. LUCIANO NOBREGA QUEIROGA** – Senador, nós estamos aqui diante do fato mais forte, que é, digamos assim, o motivador dessa questão: a própria indefinição do debate em torno da questão, ou seja, o que se deve fazer ali. Essa decisão foi tomada em outro momento, em outra diretoria, e essa diretoria é que passou a vivenciar esse momento de descompasso entre o que fazer exatamente com essa questão.

No final das contas, digamos assim, há as duas leis que foram colocadas aqui e fazem com que nós tenhamos que cumprir o que está nessas duas leis.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Foi dito aqui que a Embrapa tem diversas áreas. Ainda que houvesse dúvidas em relação à utilização dessa área, em relação às outras não há esse tipo de questionamento. Para mim está ficando claro que a preocupação da promotora, Drª Cristina, está se confirmado, na verdade, e é muito grave isso, Senador Ruben Figueiró; eu quero que se atende para a gravidade da informação que nós estamos tendo.



Ao que parece, a Terracap mudou a decisão de regularizar as áreas da Embrapa como uma retaliação à Embrapa por estar se recusando, resistindo a sair da área. Essa é uma informação de extrema gravidade. (*Palmas.*)

Com a palavra a Drª Helena Nader.

**A SRª HELENA BONCIANI NADER** – Bom, eu quero mais uma vez agradecer o seu convite, Senador Rodrigo Rollemberg, a quem a gente preza muito, batalhador da educação e da ciência, que são as duas áreas em que eu milito muito.

O que eu posso trazer como conclusão de novo é dizer que eu fico triste como cidadã de ver que o Distrito Federal, que tem o privilégio de, no seu campo, na sua área, ter uma instituição quarentona, ainda enxuta, que é orgulho do País, estar questionando essa instituição. Realmente, para a gente – eu sei que foi colocado que estão faltando outros atores aqui, sempre está, é quase difícil –, mas, em alguns momentos, talvez o que a gente tenha que chegar é a um plebiscito com esclarecimento para o povo brasileiro, não só para o povo do Distrito Federal.

Eu gostaria de deixar claro que o povo tem que estar esclarecido, de fato, do que está acontecendo ali, o que aquilo permitiu, porque tem que ser muito claro. A gente não pode chegar e esclarecer, porque se você chegar e oferecer: você quer a casa ou você quer a comida, é muito simples. Tem que dizer o que ali está acontecendo e porque o Brasil chegou nessa posição. Eu torno a dizer a todos: a gente só está podendo fazer distribuição de renda, a gente só está podendo ter um PAC da habitação, PAC da mobilidade porque tem uma economia pujante.

De novo: não é pela venda de automóveis, porque a gente até retira IPI deles, não vamos esquecer, mas é por ciência, tecnologia e inovação totalmente brasileiras, que é o que a Presidenta Dilma vive cobrando da ciência brasileira; ela tem um exemplo. Tem que chegar para ela claramente que, se isso se perpetuar, quem vai estar perdendo é a Nação brasileira. Eu acho que, além dos Ministros, a gente vai encaminhar novamente à Presidenta uma carta da sociedade científica, assinada por todos, assinada pela academia, sobre o que está em jogo, que são 40 anos de história, 30 anos de pesquisa. Não adianta mudar de lugar, porque não vai ser a mesma coisa. Então, é isso que eu queria colocar e dizer que sinto, sinto mesmo! É uma tristeza ver que – pode ser que eu esteja errada – o diálogo não parece que vai acontecer. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Quero agradecer a presença de todos, a presença dos servidores da Embrapa, dos pesquisadores da Embrapa, e o faço na pessoa da Iêda Nunes, agradecendo sua apresentação, sua contribuição ao debate. Agradeço a todos os nossos convidados.

Nós queremos dar consequência a esse debate no sentido de tirar uma manifestação do Senado para a Presidente da República, para o Ministro da Ciência e Tecnologia, da nossa preocupação com o avanço dessa medida. Faço esse apelo e tenho certeza de que será acolhido pela Presidente da SBPC, Drª



Helena Nader, e pela Academia Brasileira de Ciências, na figura do Jacob Palis, para que também façam esforços no sentido de levar essa manifestação da comunidade científica, da comunidade política, do Senado Federal, ao Ministro da Ciência e Tecnologia, à Presidente Dilma, ao Ministro Aloizio Mercadante. Faremos todos os esforços para evitar essa medida, que trará um prejuízo irreparável à ciência e à tecnologia brasileira.

Repto: consideramos muito importantes os programas de habitação de interesse social. Entendemos que o Distrito Federal tem outras áreas, o Distrito Federal ainda tem essa condição, tem muita área pública no Distrito Federal, mas não podemos abrir mão de uma área que há mais de 30 anos se dedica à pesquisa científica, que tem uma série histórica, com uma contribuição enorme que já deu, que está sendo dada e que poderá ser dada ainda mais no futuro para toda a população brasileira.

Não havendo mais nada a tratar e agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

*(Iniciada às 8 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 46 minutos.)*